



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

CARACTERIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O TABACO

Beatriz Vidal Pereira

Dissertação de Mestrado em Contabilidade

Orientadores:

Professor Doutor Paulo Dias, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Contabilidade

Junho, 2023



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

CARACTERIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O TABACO

Beatriz Vidal Pereira

Dissertação de Mestrado em Contabilidade

Orientadores:

Professor Doutor Paulo Dias, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Contabilidade

Junho, 2023

Agradecimentos

A realização desta dissertação significa a conclusão de um processo de formação muito importante. Para tal contribuíram várias pessoas, tanto direta como indiretamente, às quais quero deixar o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha família pelos valores que sempre me incutiram e por terem acreditado em mim. Em especial, agradeço aos meus pais por me terem dado a possibilidade de realizar este mestrado e por me apoiarem em todos os desafios.

Em segundo lugar, quero agradecer ao meu namorado e à minha melhor amiga pelo apoio incondicional, pela confiança e pela motivação depositada ao longo de todo o meu percurso académico.

Por fim, mas não menos importante, quero deixar um enorme agradecimento ao Professor Paulo Dias por ter aceitado orientar esta dissertação, por toda a disponibilidade, paciência e pelo conhecimento transmitido. O seu profissionalismo e dedicação foram imprescindíveis para a concretização deste estudo.

Muito obrigado!

Resumo

A presente dissertação pretende caracterizar o imposto especial sobre o tabaco, recorrendo-se a uma análise sistemática da literatura, tendo sido analisado o conteúdo de diversos artigos, aliado à descrição do perfil dos investigadores.

Para este efeito, recorreu-se à base de dados *Scopus*, de forma a encontrar artigos que tivessem, no título, as *keywords* “*tobacco*” e “*taxation*”, publicados entre 1943 e 2022, o que resultou num total de 61 artigos para análise.

Após o estudo dos artigos encontrados, é possível concluir que, de facto, o aumento do imposto sobre o tabaco é a medida mais eficaz, no que toca à redução do tabagismo. Tendo essa premissa em mente, as investigações relacionadas com esta temática têm vindo a registar uma tendência crescente.

Por outro lado, diversos autores demonstram também que esta medida pode implicar consequências negativas em certos países, tendo em conta a sua estrutura, como por exemplo, o aumento do comércio ilegal, o impacto negativo na indústria do tabaco e o aumento das desigualdades sociais.

Com o presente relatório, é possível descrever o imposto sobre o tabaco de diversos pontos de vista, tendo como base a literatura existente sobre o tema. Além disso, o relatório apresenta também algumas ideias para reduzir este aditivo, o que faz com que seja um instrumento relevante, não só para futuras investigações, como também para a sociedade em geral, visto que é um assunto que afeta a saúde pública e que está em constante atualização.

Palavras-Chave: *Tobacco; Taxation; Bibliometric; VOSviewer; Excise taxes;*

JEL: H22; L66

Abstract

The present dissertation intends to characterize the special tax on tobacco, resorting to a systematic analysis of the literature, having analyzed the content of several articles, combined with the description of the profile of the researchers.

For this purpose, the Scopus database was used in order to find articles that had, in the title, the keywords “tobacco” and “taxation”, published between 1943 and 2022, which resulted in a total of 61 articles for analysis.

After studying the articles found, it is possible to conclude that, in fact, increasing the tax on tobacco is the most effective measure in terms of reducing smoking. Bearing this premise in mind, investigations related to this topic have been registering a growing trend.

On the other hand, several authors also demonstrate that this measure may have negative consequences in certain countries, considering their structure, such as, for example, the increase in illegal trade, the negative impact on the tobacco industry and the increase in social inequalities.

With this report, it is possible to describe the tobacco tax from different points of view, based on the existing literature on the subject. In addition, the report also presents some ideas to reduce this additive, which makes it a relevant instrument, not only for future investigations, but also for society in general, since it is an issue that affects public health and that is in constant update.

Keywords: Tobacco; Taxation; Bibliometric; VOSviewer; Excise taxes;

JEL: H22; L66

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Índice	vii
Índice de Tabelas.....	ix
Índice de Figuras	xi
Índice de Gráficos	xiii
Abreviaturas	xv
1. Introdução.....	1
1.1 Objetivos de Estudo	1
1.2 Justificação do Tema.....	1
1.3 Metodologia	2
1.4 Estrutura da Dissertação.....	2
2. Revisão de Literatura	5
2.1 História dos Impostos.....	5
2.2 Impostos, Taxas e Contribuições Especiais	5
2.3 Finalidade dos Impostos.....	7
2.4. Impostos Indiretos	8
2.4.1 Impostos Especiais Sobre o Consumo	8
2.4.2 IVA.....	11
2.5. Tabaco	12
2.5.1. Tabagismo na Adolescência.....	15
2.5.2 Cigarros Eletrónicos	17
2.6 Harmonização dos Impostos Especiais do Consumo a Nível Europeu.....	17
3. Metodologia	19
4. Resultados	23

4.1 Caracterização do Conteúdo dos Artigos	23
4.1.1 Tipo de Investigação	23
4.1.2 Análise das <i>Keywords</i>	24
4.1.3 Análise do Ano de Publicação dos Artigos	26
4.1.4 Análise das Fontes.....	27
4.1.5 Análise do Número de Citações das Fontes	29
4.1.7 Análise do Número de Citações dos Artigos	30
4.1.8 Citações entre Revistas.....	35
4.1.9 Análise Geográfica e Temática dos Artigos.....	36
4.2 Caracterização dos Autores	38
4.2.1 Produtividade dos Autores	38
4.2.2 Afiliação Geográfica	41
4.2.3 Tipo de Autoria	43
4.2.4 Citações entre Investigadores.....	44
5. Conclusão	47
6. Bibliografia.....	51
7. Anexos.....	63

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 – Quantificação dos artigos disponíveis para estudo	20
Tabela 4.1 – Tipo de Investigação dos artigos selecionados	23
Tabela 4.2 – Fontes de publicação dos artigos selecionados e respetivas frequências.....	29
Tabela 4.3 – Número de citações dos artigos selecionados.....	34
Tabela 4.4 – Países e continentes de afiliação dos investigadores	42

Índice de Figuras

Figura 4.1 – <i>Keywords</i> mais frequentes:.....	25
Figura 4.2 – Fontes mais citadas:	29
Figura 4.3 – Grupos de Revistas que se citam entre si:	35
Figura 4.4 – Autores mais frequentes:	39
Figura 4.5 – Grupos de autores que se citam entre si:	45

Índice de Gráficos

Gráfico 4.1 – Número de artigos publicados por ano, entre 1943 e 2022	26
Gráfico 4.2 – Número de citações por ano, desde 1943 até 2022	34
Gráfico 4.3 – Distribuição da origem dos dados dos artigos da amostra, por continente .	36
Gráfico 4.4 – Número de artigos publicados por autor	40
Gráfico 4.5 – Distribuição dos autores afiliados por continente	43
Gráfico 4.6 – Distribuição dos autores por artigo publicado	44

Abreviaturas

IEC – Imposto Especial Sobre o Consumo

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

IRS – Imposto sobre Rendimento de pessoas Singulares

IRC – Imposto sobre Rendimento de pessoas Coletivas

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

AIMI – Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

LGT – Lei Geral Tributária

CIEC – Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo

EBITDA – *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation, and Amortization*

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

WHO – *World Health Organization*

PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis*

PNPCT – Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo

USDHHS – *United States Department of Health and Human Services*

1. Introdução

Nos dias de hoje, mesmo com toda a informação disponível, o tabaco continua a ser uma das principais causas de morte em todo o mundo. Apesar de se tratar de um problema de saúde, a fiscalidade assume um papel fundamental na redução do tabagismo, através dos impostos especiais sobre o consumo. Deste modo, tornou-se relevante elaborar esta dissertação sobre os impostos especiais sobre o tabaco, analisando a relação entre estes impostos e o comportamento adotado pelos consumidores perante a tributação.

1.1 Objetivos de Estudo

O objetivo geral desta dissertação é a caracterização do imposto sobre o tabaco, analisando a literatura existente relativa a esta temática, referente ao período de 1943 a 2022. Relativamente aos objetivos específicos, estabeleceram-se: (a) a caracterização deste tema no que toca ao conteúdo dos artigos; e (b) a caracterização do perfil dos autores.

Após a realização da revisão de literatura relevante para este tema, efetuou-se o estudo do conteúdo dos artigos e posteriormente, a análise das características dos autores.

Pretende obter-se o máximo de informação sobre este tema, de forma a contribuir positivamente para futuras investigações, fornecendo ideias claras e conhecimentos, através da literatura existente.

1.2 Justificação do Tema

A Revisão Sistemática de Literatura possibilita a obtenção de informações mais abrangentes e com qualidade superior, permitindo uma avaliação rigorosa e imparcial (Donato, H & Donato, M, 2019). Deste modo, o estudo foca-se, essencialmente, em sistematizar os resultados obtidos, permitindo acrescentar conhecimento detalhado sobre a tendência do imposto sobre o tabaco.

Pretende-se ainda, que este estudo reflita a relação entre os impostos e a redução do consumo tabágico de forma transparente, visto que o tabaco é a principal causa de morte, de doenças e de empobrecimento no mundo (WHO, 2022), traduzindo-se numa realidade muito preocupante.

Destaca-se também, a vertente extrafiscal dos IEC, uma vez que estes incidem sobre produtos nocivos para a saúde e para o ambiente. Deste modo, ao analisar toda a revisão de literatura relacionada com este tema, pode concluir-se sobre a eficácia que estes impostos

assumem no comportamento dos fumadores, identificando os artigos e pontos de vista mais relevantes.

1.3 Metodologia

A presente dissertação baseia-se na recomendação *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA - Principais itens para relatar Previsões sistemáticas e Meta-análises), cujo objetivo principal consiste em permitir um reporte transparente da revisão de literatura. Este método consiste em uma *checklist* de 27 itens e um fluxograma de quatro etapas, designadamente, identificação, seleção, elegibilidade e inclusão.

Primeiramente, recorreu-se à base de dados *Scopus* para recolher toda a literatura relevante para este estudo. Optou-se por esta base de dados, visto que é uma das maiores fontes de dados da atualidade, fornece informações transparentes e possibilita a recolha de documentos de acordo com os filtros selecionados, obtendo dados mais fidedignos e sem enviesamentos.

Nesta sequência, de modo a obter os artigos relacionados diretamente com o imposto sobre o tabaco, selecionaram-se os artigos que possuíam as palavras-chave “*tobacco*” (tabaco) e “*taxation*” (tributação), no título. Relativamente ao período temporal, foi considerada toda a literatura existente até ao dia 31 de dezembro de 2022.

De modo a cumprir com os objetivos específicos estabelecidos, foram definidas variáveis, tanto ao nível dos artigos, como dos autores, designadamente, nome dos artigos, ano de publicação, tipo de investigação, fonte, *keywords*, citações, nome dos autores, país de afiliação e produtividade dos mesmos.

Para analisar e visualizar os dados recolhidos, utilizou-se o software Excel através da elaboração de tabelas e gráficos que sistematizaram a informação de forma clara. Recorreu-se também ao software *VOSviewer* que forneceu mapas bibliométricos, permitindo trabalhar as variáveis mais extensas, de forma mais simplificada e sem distorções. Estas duas ferramentas foram essenciais para resumir a informação obtida e facilitar a interpretação da mesma.

1.4 Estrutura da Dissertação

O presente estudo encontra-se dividido em seis capítulos, sendo que o primeiro é a Introdução, onde são apresentados os objetivos definidos, a justificação da escolha deste tema e a metodologia utilizada para satisfazer os objetivos.

O segundo capítulo consiste na revisão de literatura, que é responsável pelo suporte teórico desta dissertação, contendo os conceitos mais relevantes, assim como discussões de outros autores relativamente ao tema definido.

De seguida, na metodologia, são apresentados de forma detalhada os procedimentos realizados para a obtenção e exposição dos dados recolhidos, nomeadamente, o método de recolha de dados, a definição da amostra em estudo, a apresentação das variáveis em análise e os métodos de tratamento dos dados.

O quarto capítulo, corresponde aos Resultados e é onde são analisados os dados recolhidos, no que concerne ao conteúdo dos artigos e às características dos investigadores.

O quinto capítulo é a Conclusão, onde estão sistematizadas as ideias principais deste estudo, são referidas as contribuições desta dissertação para a literatura, apresentadas as limitações do estudo e sugestões para futuras investigações.

Por fim, o sexto capítulo, é referente à bibliografia, onde estão inseridas todas as referências bibliográficas que foram suporte ao longo da realização deste estudo, incluindo as referências dos artigos científicos da amostra obtida através da base de dados *Scopus*.

2. Revisão de Literatura

2.1 História dos Impostos

De acordo com Vasques (2001), na Idade Média, os impostos não existiam; a sociedade prestava serviços de outras naturezas a uma única pessoa para usufruírem de algo, sendo que os valores das prestações eram aumentados consoante os períodos de crise. Assim, solicitaram-se prestações obrigatórias e permanentes a toda a comunidade, originando o Imposto.

Em Portugal, o Imposto surge em 1963, pelo professor Teixeira Ribeiro através da tributação do rendimento na fonte, sendo que o imposto incidia sobre o valor que cada contribuinte ganhava, independentemente do seu enquadramento familiar. A partir de 1988 passou a ter-se em consideração a capacidade contributiva dos cidadãos, implicando a divisão dos impostos em três categorias: imposto sobre o rendimento (IRS, IRC), impostos sobre o consumo (IVA, IEC) e impostos sobre o património (IMI, AIMI, IMT) (Azevedo, 2015).

Atualmente os impostos são vistos como “*a forma e o meio como os cidadãos participam financeiramente na vida da sociedade em que se inserem e que, sobre as mais diversas formas deveriam reverter em benefício desses cidadãos, de forma equitativa*”. Por outras palavras, os impostos são montantes exigidos aos contribuintes, com o objetivo de gerar receita ao Estado.

De notar que não existe uma definição legal de tributo, pois a Lei Geral Tributária não apresenta nenhuma definição de imposto e taxa, descrevendo apenas pressupostos típicos dos mesmos. Nabais et al. (2015) refere que “*O tributo corresponde a uma prestação reveladora da natureza obrigacional das relações jurídicas que origina, pecuniária, pois reporta-se a prestações concretizadas em dinheiro ou em algo equivalente a dinheiro, e coactiva já que tem por fonte a lei, tratando-se, por conseguinte, de obrigações ex lege*”, ou seja, uma lei em sentido amplo.

2.2 Impostos, Taxas e Contribuições Especiais

De acordo com o art.º 103º da Constituição Fiscal, “*o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza*”. O Estado é o detentor principal do património, portanto o seu foco principal é a obtenção de receitas tributárias, sendo que estas podem resultar de impostos, taxas e contribuições especiais¹.

Passando à distinção destes três métodos de angariação de receita, tem-se que a contribuição especial é uma “*prestaçāo pecuniária e coativa, exigida por uma entidade pública*,

¹ Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 4/2020, Diário da República Eletrónico, Consultado em 20 de Outubro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/acordao-tribunal-constitucional/4-2020-128865464>

em contrapartida de prestação administrativa efetivamente provocada ou aproveitada pelo sujeito passivo, assumindo uma natureza sinalagmática”². Ou seja, é uma prestação ao aumento de valor dos bens do contribuinte, sendo que neste caso pode assumir um caráter de melhoria se existir benefício do património, ou de desgaste, através da utilização de bens públicos (Loureiro, 2018).

De acordo com a LGT, as “*taxas assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização de um bem do domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.*” Ou seja, possuem um caráter não unilateral, visto que a sua existência se deve à prestação de uma atividade pública ou utilização de um bem público, isto é, o sujeito passivo é o causador ou beneficiário, existindo a obrigação de uma contraprestação (Loureiro, 2018).

Relativamente aos impostos, estes são definidos como “*uma prestação coativa e unilateral, dissociada de qualquer prestação do ente público, enquanto a taxa se caracteriza por ser contrapartida pelas prestações efetivamente provocadas ou aproveitadas pelo contribuinte*”³. Para além disto, trata-se de uma prestação obrigatória, através de dação ou do pagamento de bens ou imóveis, sendo que o pagador não tem direito a reembolso, nem qualquer outra contrapartida (Silva, 2010).

Os impostos são uma prestação estabelecida pela Assembleia da República, a favor das entidades que exercem funções públicas, ou seja, credoras do imposto (Estado, Regiões Autónomas, Municípios, RTP, etc.). Defende-se que a tributação deve respeitar o princípio da igualdade e da capacidade contributiva, ou seja, “*tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é diferente*”⁴. Por outras palavras, o imposto deve ser estabelecido de acordo com a capacidade financeira do contribuinte, tendo como objetivo reduzir as desigualdades sociais.

Os impostos podem ser diretos (IRC, IRS, IMI) ou indiretos (IVA, IEC), dependendo da finalidade de cada um e de acordo com critérios económicos e jurídicos. De acordo com o critério económico, o imposto é direto quando o consumidor final paga o preço do produto e, posteriormente é tributado sobre o mesmo; no caso do imposto indireto, o imposto está incluído no preço do produto. De acordo com o critério jurídico, o imposto é direto quando é possível

² Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 4/2020, Diário da República Eletrónico, Consultado em 20 de Outubro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/acordao-tribunal-constitucional/4-2020-128865464>

³ Diário da República Eletrónico, Consultado em 20 de outubro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/lexionario/-/dj/115069975/view>

⁴ Diário da República Eletrónico, Consultado em 31 de maio de 2023. Disponível em <https://dre.pt/dre/lexionario/termo/princípio-igualdade>

averiguar *a priori* quem é o sujeito passivo do imposto, enquanto no imposto indireto só se consegue determinar quem é que está sujeito ao imposto depois dos produtos serem introduzidos no mercado, ou seja, *a posteriori*. (Afonso, 2006)

De acordo com Carlos (2017), os impostos podem assumir uma prestação fixa (por exemplo, contribuição audiovisual) ou prestação variável, sendo que neste último caso, os impostos dividem-se entre proporcionais, progressivos e regressivos.

Relativamente aos impostos proporcionais, estes aumentam consoante o valor a que é sujeito, por exemplo, o IVA e o IMI são caracterizados por uma taxa fixa e constante, sendo que o aumento do imposto a pagar será proporcional à matéria coletável.

No caso do IRS, trata-se de um imposto progressivo, isto é, o imposto aumenta de acordo com o rendimento dos contribuintes. Contudo, neste caso, o aumento do imposto a pagar é superior à matéria coletável, ou seja, não é proporcional.

Em relação aos impostos regressivos, verifica-se que o imposto aplicado vai diminuindo com o aumento da matéria coletável, sendo contrário ao princípio da igualdade anteriormente referido. De notar, que em Portugal não é permitida a regressividade dos impostos.

Existe ainda uma distinção entre impostos reais e pessoais, por um lado os impostos reais não são afetados pelo rendimento e património dos sujeitos passivos, ao contrário dos impostos pessoais, cuja tributação é realizada consoante a condição económica e o agregado familiar do contribuinte. Em Portugal, o único imposto pessoal é o IRS, visto que a taxa aplicada segue vários critérios, nomeadamente, o vencimento bruto, o número de dependentes e as despesas associadas.

2.3 Finalidade dos Impostos

Segundo o estudo de Catarino & Correia (2016), a tributação visa a poupança, a simplificação dos custos administrativos, maior dificuldade de evasão fiscal, eficácia como instrumentos macroeconómicos, entre outros. Refere também que o Estado implementa diversos impostos sobre os gastos dos contribuintes, de forma a obter maiores rendimentos.

De notar que os impostos para além da finalidade fiscal, têm também uma função extrafiscal visto que são responsáveis pela redistribuição da riqueza (quanto maior for o rendimento de um contribuinte, maior será o imposto aplicado e consequentemente existirá uma redução das desigualdades), pela estabilização macroeconómica (as variações do imposto permitem combater o desemprego, a estagnação económica, controlar a inflação e equilibrar a balança de pagamentos) e pela afetação de recursos (as deduções, isenções e benefícios fiscais,

influenciam a forma como o indivíduo se comporta). Os impostos são, ainda, responsáveis pela proteção alfandegária através de medidas protecionistas.

De acordo com Vasques (1999), os IEC e o IVA são fundamentais para fazer face a consumos supérfluos, sendo que os IEC surgiram para completar o IVA, uma vez que este não reflete as “*preocupações de personalização e seletividade dos consumos*”.

No mundo da fiscalidade é ainda essencial salientar o princípio da tipicidade, este princípio defende que os factos geradores do imposto são exclusivamente os que se encontram tipificados nas normas relativas à incidência de imposto. Isto significa que não podem ser “*exigidas prestações tributárias que não constem nas respetivas normas*”, implicando que o legislador defina a incidência do imposto de forma correta, objetiva e clara para o contribuinte (Marinheiro, 2019).

É relevante mencionar ainda, que “*os cidadãos pagam os seus impostos em troca de bens e serviços públicos*”, sendo que as “*ações positivas desenvolvidas pelo Estado fomentam as atitudes positivas por parte dos contribuintes*” (Sá, 2013). Isto significa, que o comportamento do Estado tem uma grande influência no cumprimento fiscal, ou seja, se os contribuintes estiverem satisfeitos com os serviços públicos, existe menor propensão para a fraude. De modo geral, a maioria das receitas fiscais provém do cumprimento voluntário da legislação fiscal. Assim, é relevante compreender o comportamento dos contribuintes, de forma a estabelecer estratégias de fiscalização corretas que permitam reduzir o tax gap, ou seja, as diferenças entre os impostos que se devem pagar e aqueles que são realmente liquidados.

2.4. Impostos Indiretos

Antigamente, como os recursos e bens próprios eram escassos, surgiram os impostos indiretos com a finalidade de arrecadação de um número superior de fundos, visto que sem o seu caráter obrigatório, os sujeitos passivos acabariam por sentir um menor impacto na sua tributação. Como exemplo destes impostos, tem-se os Impostos Especiais sobre o Consumo e o Imposto Sobre Valor Acrescentado, que incidem sobre o consumo.

2.4.1 Impostos Especiais Sobre o Consumo

Destacando os IEC, estes encontram-se definidos na legislação Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo (CIEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 junho. Esta legislação encontra-se dividida em duas partes, na primeira constam as normas de regulamentação geral, e na segunda parte são retratadas as normas específicas para determinados produtos, ou seja, os

impostos referentes ao consumo de bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos e energéticos e tabaco.

Trata-se de um imposto estadual, visto que a entidade credora é o Estado; e de um imposto indireto, à semelhança do IVA, uma vez que ambos são impostos que incidem sobre o consumo, manifestando-se indiretamente no ato de aquisição de um bem ou serviço.

Contrariamente ao IVA, os IEC assumem um caráter seletivo, ou seja, incidem apenas sobre o consumo de bens considerados prejudiciais para o ambiente e para a saúde pública, estando geralmente associados a bens com um maior potencial financeiro (Fonseca, 2012). Podem ser ainda definidos como um imposto real, visto que são independentes das condições pessoais, económicas e familiares do sujeito passivo. É também, um imposto proporcional, ou seja, a lei estabelece uma prestação fixa para todos os sujeitos passivos.

Para além disto, trata-se de um imposto monofásico, visto que incide apenas sobre uma fase do processo produtivo, que neste caso corresponde ao ato de aquisição, sendo uma obrigação única (Santos, 2016).

No artigo 2º do CIEC constata-se que estes impostos são sujeitos ao princípio da equivalência, ou seja, devem procurar “*onerar os contribuintes, designadamente nos domínios do ambiente e da saúde pública*”⁵, independentemente dos rendimentos dos contribuintes. Nesta sequência, esta característica complementa-se com a vertente extrafiscal que particulariza estes impostos, levando a uma maior repressão do consumo dos produtos adversos para a sociedade.

Silva (2010), refere também que estes impostos são “*monofásicos, sujeitos ao Princípio do Benefício e da Equivalência*”, ou seja, o imposto surge assim que o produto é introduzido no mercado e é aplicado da mesma forma para todos os consumidores, consoante o benefício que é recebido. Deste modo, evita-se que as empresas tenham de suportar essas taxas e consequentemente, uma sobrecarga financeira, visto que a recuperação do mesmo aconteceria só no momento da venda (Dias, 2005). Para além destes benefícios, como é um imposto monofásico, envolve um menor número de contribuintes e por isso, trata-se de um processo simples (Fonseca, 2012).

À semelhança de Silva (2010), Vasques defende que as taxas e contribuições devem seguir o princípio da equivalência, ou seja, que “*estas sejam repartidas de acordo com o custo provocado pelo contribuinte ou de acordo com o benefício que a administração lhe proporciona*”. Este autor faz ainda distinção entre o princípio da igualdade e o princípio da equivalência, sendo que o primeiro defende que os encargos devem ser suportados de acordo

⁵ Código dos Impostos Especiais Sobre o Consumo

com a capacidade financeira de cada contribuinte. Já o princípio da equivalência é um “*instrumento de eficiência*” (Merlin & Borges, 2014), cujo objetivo é evitar que o princípio da igualdade provoque ainda mais desigualdades. Por outras palavras, este princípio permite estabelecer um limite nos custos, de modo a controlar o montante das taxas e contribuições, evitando que o custo seja repartido por toda a população.

Numa vertente empresarial, o aumento dos Impostos Especiais sobre o Consumo, podem gerar graves impactos financeiros nas empresas que dependem da venda dos produtos sujeitos a este imposto. Se existir uma redução drástica da faturação dessas entidades, será necessário despedir pessoas e poderá mesmo determinar a falência da empresa (Seshadri et al., 2021).

De acordo com o estudo de Lehmus (2011), os economistas acreditam que os impostos especiais sobre o consumo constituem uma alternativa menos distorcida, para aumentar as receitas tributárias do Estado. Contudo, este imposto torna a variação do produto bastante ambígua e tem um efeito negativo na distribuição da riqueza, levando a mais desigualdade. Por outras palavras, os trabalhadores com menor rendimento, têm de trabalhar mais para manter o seu nível de consumo.

Na Índia, o imposto sobre bens e serviços é considerado uma tributação mais transparente, constituindo uma fonte de receitas fundamental, visto que mais de 65% da receita tributária provém dos impostos indiretos. Neste artigo, defende-se que estes impostos podem facilitar a contabilização e o processo burocrático das empresas, distribuir as receitas de forma igualitária, melhorar o comércio e desenvolver a economia. Para além destes benefícios, é mencionado também que estes poderão diminuir a carga tributária, aumentar a base tributária do governo, eliminar obstáculos fiscais e, consequentemente aumentar as exportações. Este estudo analisa ainda, o impacto da pandemia provocada pelo vírus Covid-19, verificando nestes meses uma diminuição na tributação destes impostos. (Dey, 2021)

De acordo com Maskaeva et al. (2019) na Tanzânia, estes impostos são regressivos visto que as pessoas com menor rendimento gastam uma parcela superior do seu rendimento para comprar tabaco e bebidas alcoólicas, comparativamente com as pessoas com rendimentos superiores.

Relativamente à Elasticidade-preço da procura, esta permite medir o grau de sensibilidade da quantidade procurada quando existem variações no preço, mantendo todas as outras variáveis constantes. Isto significa que a procura pode ser elástica ou rígida, quando existir, ou não, variação do preço do bem, respetivamente.

Os IEC são caracterizados por incidirem em bens cuja procura é rígida, ou seja, mesmo com o aumento do preço, a sua procura mantém-se, muitas vezes devido à dependência dos contribuintes a estes produtos (Dias, 2005).

2.4.2 IVA

Em Portugal, o Código sobre o Valor Acrescentado foi aprovado pelo DL n.º 394-B/84, de 26 de dezembro de 1984, entrando em vigor a 1 de janeiro de 1986.

Este imposto é responsável pela maior parte da receita fiscal, visto que se aplica a todos os bens e é independente das condições económicas dos sujeitos passivos, ou seja, é um imposto real e não seletivo. É também caracterizado como um imposto plurifásico, ou seja, incide sobre todas as fases do processo económico de um produto, tendo por isso uma aplicação mais onerosa (Dias, 2005).

De acordo com Maskaeva et al. (2019), a Tanzânia recorre aos impostos indiretos para aumentar as receitas, sendo que o maior responsável por este facto é o imposto sobre o rendimento, de seguida o IVA e em terceiro lugar, os impostos especiais sobre o consumo. São referidas diversas vantagens dos mesmos, nomeadamente a facilidade de aplicação, a desmoralização do consumo de bens prejudiciais e consequentemente, uma redução dos gastos com a saúde.

De notar que cada país tem a sua própria legislação, de acordo com os seus interesses, sendo que regra geral, nos países que produzem um determinado produto não existe tributação sobre o mesmo, pois estes necessitam de vender a sua produção; nos países consumidores, essa tributação já existe.

Inicialmente, em Portugal, o legislador pretendia uma taxa única para simplificar todo o processo. Contudo, para distinguir e proteger os bens de primeira necessidade, surgiu a necessidade de criar taxas diferentes. Assim, foram definidas taxas reduzidas, intermédias e normais.

Ademais, o IVA pode dividir-se em operações isentas completas e incompletas, no primeiro caso não há pagamento do IVA, mas existe dedução. No caso das operações incompletas, não existe pagamento nem dedução, isto significa que o imposto será um custo do contribuinte.

No caso dos produtos sujeitos aos IEC, existe uma dupla tributação, ou seja, o IVA incidirá sobre o valor do produto e sobre o valor do IEC. Contudo, esta incidência não será sentida pelo contribuinte, visto que o valor de comercialização já engloba estes impostos. (Fusco, 2016)

2.5. Tabaco

De acordo com a WHO (2022), o tabaco mata mais de 8 milhões de pessoas por ano, entre as quais, 7 milhões são fumadores e 1 milhão corresponde a fumadores passivos. De notar ainda que 80% dos fumadores vivem com rendimentos abaixo da média, abdicando muitas vezes das necessidades básicas para garantirem o sustento deste vício. Esta dependência pode também provocar doenças crónicas como a tuberculose, infeções respiratórias e infertilidade, e ainda, incrementar a ocorrência de Acidentes Vasculares Cerebrais e ataques cardíacos.

Antigamente, a tributação do tabaco era utilizada como gerador de receita, contudo atualmente a maioria dos países reconhece este imposto como uma medida de saúde pública (Goodchild et al., 2020). Verifica-se desde 1987, em Portugal, uma ligeira diminuição da taxa de tabagismo nos homens e um aumento no sexo feminino, notando-se também que esta dependência é superior nos grupos mais vulneráveis, nomeadamente desempregados, divorciados e com menor escolaridade (Leite, A. et al., 2017).

O Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo (PNPCT) foi criado pelo Ministério da Saúde a 3 de janeiro de 2012 através do Despacho nº 404/2012, cujo objetivo principal é prevenir e controlar o Tabagismo. Para este efeito, implementaram-se várias medidas, entre as quais, o aumento dos impostos sobre estes produtos. De notar que, de acordo com o art.º 3 da Portaria nº 930/91, 1% da receita fiscal que resulta do imposto sobre o tabaco, visa sustentar ações de combate ao cancro, nomeadamente, rastreios, deteção precoce, diagnóstico e tratamento do mesmo.

De acordo com Vladisavljevic et al. (2021), as famílias mais pobres são as que têm maior tendência para o consumo de tabaco e consequentemente, como o imposto incluído neste produto é semelhante, independentemente dos rendimentos, são as famílias mais carenciadas que ficam com um prejuízo superior. Espera-se que com o aumento do imposto, se assista a uma política progressiva, em que as famílias com rendimentos mais baixos tenderão a diminuir o consumo do tabaco e, a longo prazo, contribuirão positivamente para a saúde pública.

Voltando à WHO (2022), defende-se também que o método mais eficaz na redução do consumo do tabaco, é o aumento de impostos. Exemplificando que se esse incremento rondar os 10%, o consumo reduz 4% nos países com rendimentos elevados e 5% nos países com rendimentos mais baixos, apoiando a política progressiva transmitida por Vladisavljevic (2021).

Contudo, Nargis et al. (2020) referem que a tributação está dependente do preço de venda e este, por sua vez, é determinado pelos vendedores, ou seja, os clientes pagam o imposto que os comerciantes não absorvem. Isto acontece quando os comerciantes pretendem aumentar o

preço das marcas mais caras, suportando parte do imposto nas marcas mais acessíveis. Nestes casos, o imposto não terá a finalidade devida e prejudicará, novamente, as famílias com menor rendimento.

De acordo com Raei, B. et al. (2021), em 2030, espera-se 8,3 milhões de mortes no mundo associadas ao consumo tabágico, sendo que 80% dos fumadores serão de países com rendimentos mais baixos. Este estudo incide sobretudo sobre o Irão, verificando-se que, em 2013, o número de mortes devido a doenças crónicas provocadas pelo fumo aproximou-se das 70.000 e, atualmente, cerca de 22% dos homens e 1% das mulheres fumam. Os autores averiguaram ainda, que se o preço do tabaco aumentasse 75%, iria existir de facto uma redução no consumo do tabaco, a longo prazo. Igualmente, em Israel, Shuval et al. (2021), observam que os cigarros mais caros estão associados a menor probabilidade de fumar, defendendo que o aumento dos impostos sobre os mesmos é a política mais forte para diminuir o tabagismo e, consequentemente, os efeitos prejudiciais para a saúde.

Como referido anteriormente, a dependência do Tabaco é uma situação ainda mais preocupante nos países menos desenvolvidos. Para este caso, temos o estudo de Immurana, M., Boachie, M. e Iddrisu A. (2021), onde consta que o aumento percentual do preço do Tabaco, diminui o seu consumo entre 0,11% a 0,14%, enquanto o aumento percentual do imposto associado, diminui entre 0,25% a 0,36%. Por conseguinte, estes autores defendem que os governos devem usar medidas fiscais e de preços para controlar o consumo do tabaco, nomeadamente através do aumento dos impostos ou implementação de novas taxas e aumento dos preços dos produtos. Desta forma, iria tornar-se um vício cada vez mais dispendioso, encorajando o seu término. Adicionalmente, examinam ainda o impacto do PIB per capita, verificando que este aumenta com o consumo do Tabaco, visto que o aumento dos rendimentos permite a aquisição de outros produtos, para além das necessidades básicas. Investigam ainda sobre o impacto da urbanização no tabaco, inferindo que nas cidades há mais facilidade em comprar o produto e existe uma maior tendência a adotar comportamentos menos saudáveis, comparativamente com as áreas rurais. Por último, referem que a disponibilização dos valores relativos à taxa de mortalidade associada a esta dependência, contribui para a dissuasão do comportamento dos fumadores.

Por outro lado, Schafferer et al. (2018), avaliaram o impacto do aumento do preço dos cigarros em 10% em 36 países, verificando que o consumo legal do tabaco reduziu cerca de 4%, enquanto o consumo ilegal aumentou 1,50%. Deste modo, concluíram que apesar das políticas implementadas para controlar a prevalência do tabaco, é necessário também apostar em mecanismos para reduzir o contrabando.

Salientando que o aumento de preço de um cigarro em 10%, provoca uma redução no seu consumo entre 5% a 8% nos países com rendimentos mais baixos. Para além disso, consigna que o preço de mercado de um cigarro é composto por várias componentes, designadamente, os impostos especiais sobre o consumo, taxas alfandegárias e IVA sendo os IEC os mais importantes para a saúde pública. (Maskaeva et al., 2019)

No Vietnam, o aumento da tributação não foi suficiente para reduzir o tabagismo, devido ao aumento das rendas familiares e à existência de marcas mais baratas. Estudos revelam que os fumadores trocam facilmente as marcas mais caras por marcas mais baratas, o efeito de substituição é uma característica comum dos mercados do Vietnam. (Goodchild et al., 2020)

À semelhança deste estudo, também Kyriakos et al. (2021) concluiu que as diferenças de preços entre os produtos de tabaco influenciam a eficácia das políticas tributárias. Alerta ainda para o facto de os produtos alternativos serem menos regulamentados do que os cigarros tradicionais, levando a um aumento do consumo pelos contribuintes com menos rendimentos.

Na Coreia do Sul verificou-se que o aumento dos preços em cerca de 80% levou a uma diminuição de fumadores, contudo esta diminuição não foi observada nos fumadores jovens e com rendimentos elevados (e em “*fumadores leves*”, visto que como não fumam frequentemente não sentem tanto o impacto do aumento do preço, assunto que ainda não está estudado). Conclui-se que o aumento do imposto sobre o tabaco deve refletir o aumento da inflação e o crescimento da renda dos contribuintes, aumentando as disparidades socioeconómicas no tabagismo. Verifica-se maior redução do tabagismo nos idosos, especula-se que seja devido a preocupações relacionadas com futuro limitado e estagnado, e com os danos provocados na saúde. (Lee & Seo, 2020)

É importante ter noção de que os custos de fumar são diferentes das receitas fiscais que resultam do tabagismo. O artigo de David (2018) descreve a diferença económica básica global entre os dois indicadores referidos, concluindo que o imposto sobre o tabaco teria de aumentar quatro vezes mais para fazer face aos custos de fumar, ou então cerca de duas vezes mais, no caso de serem considerados os custos associados a problemas de saúde provocados pelo tabagismo.

Relativamente à elasticidade associada ao Tabaco, de acordo com Afonso (2013), assiste-se a uma rigidez da procura no curto prazo, justificado pela falta de substitutos diretos e pela dependência provocada por este produto. Ou seja, a curto prazo o aumento do preço do produto, não é suficiente para reduzir a procura deste produto.

De acordo com o artigo de Martins et al. (2017) e tendo em consideração a rigidez na procura do Tabaco a curto prazo, conclui-se que é fundamental instruir as pessoas sobre os

perigos do tabagismo. Neste estudo verificou-se que nem sempre os participantes estavam conscientes das advertências desta adição, existindo mesmo discórdias no aumento dos impostos sobre o tabaco. É referido ainda, a extrema importância desta formação nas Faculdades de Medicina, para que os futuros médicos possam motivar os seus pacientes a terminar com este vício, dando a conhecer tratamentos para reduzir a dependência da nicotina. É vital que os médicos abordem constantemente estas informações nas suas consultas, de forma a prevenir, reduzir e cessar o consumo de produtos prejudiciais.

Outra medida muito relevante para a saúde pública, é a apostila na publicidade das embalagens, através da divulgação das doenças associadas a este vício. Esta medida entrou em vigor em 2001 no Brasil, terminando com qualquer promoção ou patrocínio dos produtos de tabaco. As doenças inerentes ao consumo deste produto são agravadas consoante a dose consumida e a exposição ao fumo, assim, em consequência de vários estudos e campanhas educacionais sobre este assunto, em 2009, foi também proibido o consumo destes produtos em locais fechados, protegendo os fumadores passivos.

Já em Portugal, a portaria da lei sobre este tema foi criada em 2007 e em junho de 2022 foi aprovada a lei que proíbe fumar em locais públicos fechados, exceto se forem cumpridos um conjunto de requisitos, nomeadamente a ventilação mínima de 80% e se os locais tiverem uma área superior a 100 m².⁶

2.5.1. Tabagismo na Adolescência

Grande parte das pessoas começam a fumar durante a adolescência, devido aos problemas a que são submetidos, nomeadamente, o nível socioeconómico baixo, reduzido desempenho académico e influências sociais (Vitória, 2009). Deste modo, Parks et al. (2021), referem que o aumento da tributação é eficiente na idade adulta, contudo é importante outras intervenções para impedir o início do consumo do tabaco nos jovens e adolescentes. Nestes casos, pode apostar-se mais em medidas como a proibição de fumar em mais locais públicos, a proibição de publicidade que estimule o tabagismo e dar mais enfase às doenças que estão associadas (Immurana et al., 2021).

Dutkowsky & Sullivan (2014), referem que o aumento do preço do tabaco para os consumidores é superior ao aumento do imposto especial de consumo, contribuindo para receita tributária estadual mais elevada que o previsto.

⁶ Portaria nº 154/2022, de 2 de junho, Diário da República Eletrónico, Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/154-2022-184306938>

Nos Estados Unidos, de acordo com o estudo *Monitoring the Future*, com dados entre 2005 e 2016, conclui-se também que o aumento dos impostos está associado a um menor consumo tabágico, independentemente do género, etnia e educação. Contudo, verifica-se que nos alunos do 12º ano que pretendem realizar estudos superiores, há uma diminuição deste consumo que poderá ser justificada pela educação dos pais e devido a um estilo de vida mais preenchido (Fleischer et al., 2021).

O estudo de Fleischer et al. (2021), defende que os impostos não reduzem o tabagismo na juventude, baseando-se em variáveis independentes, como os impostos estaduais sobre os cigarros e o preço médio de venda de cigarros. Foram ainda considerados fatores como a situação de alojamento, de emprego, a taxa de pobreza anual por estado. O autor analisou dados de entrevistas realizadas a alunos dos 8º, 10º e 12º anos, fazendo referência à educação dos pais como indicador fundamental na decisão de fumar. Verificou-se que no caso em que os pais têm formação universitária, existe menor probabilidade dos filhos fumarem.

Outro indicador importante é a intenção de prosseguir os estudos depois do 12º ano, estes alunos têm tendência a valorizar mais o futuro, tanto ao nível da saúde, como a nível monetário. Por outras palavras, os adolescentes têm tendência a seguir o comportamento dos adultos que os rodeiam, sendo que a probabilidade de fumar aumenta se existirem pessoas no seu agregado familiar que o façam também. Para além deste fator, é vital para a decisão do adolescente, a educação que lhe foi transmitida e o ambiente em que vive. Deste modo, conclui-se que não há evidência suficiente para afirmar que a tributação é suficiente para diminuir o tabagismo na adolescência, visto que existe todo um conjunto de situações que podem levar ao início deste hábito.

Contrariamente à ideia transmitida anteriormente, o estudo de Martins et al. (2017), refere que o aumento dos impostos é muito mais eficaz nos jovens do que em outras faixas etárias. No Brasil, o aumento dos preços do tabaco em 30% provocou uma redução do tabagismo de 15% para 11%, aproximadamente, nos fumadores de 18 anos. Nesta sequência, o autor defende que esta medida permite reduzir a probabilidade de dependência deste produto.

Também na África Oriental, o aumento dos impostos sobre o tabaco também foi considerado a melhor estratégia para controlar o tabagismo, visto que a maioria dos consumidores pertencem a grupos limitados financeiramente, incluindo também a faixa etária com menos de 18 anos. Em oposição ao estudo de Fleischer et al. (2021), este artigo refere que o aumento dos impostos são uma medida eficaz mesmos nos fumadores com menos de 18 anos.

A USDHHS (United States Department of Health and Human Services) (2017), refere que os adolescentes são mais sensíveis à nicotina, tornando-se dependentes desta substância mais

rapidamente do que os adultos. Do ponto de vista estatístico, três em cada quatro jovens fumadores não deixam de fumar quando atingem a idade adulta, mesmo que pretendam; e um terço destes falecerá prematuramente devido às doenças inerentes a este vício.

2.5.2 Cigarros Eletrónicos

Relativamente aos cigarros eletrónicos, estes foram introduzidos nos Estados Unidos da América em 2007. Nesse país, é proibida a venda de cigarros eletrónicos a menores de 18 anos, pois considera-se que o seu consumo está associado a uma maior probabilidade de consumir os cigarros tradicionais. Foi verificado que o uso de nicotina na adolescência aumenta o risco de dependência futura de outros produtos de tabaco e drogas. Sendo assim necessários, mais esforços para evitar o início e uso continuo de cigarros eletrónicos nessa faixa etária. Em 2019, foi proibida a venda de cigarros eletrónicos a menos de 21 anos. Neste estudo, verifica-se que a subida da idade mínima para comprar este produto teve um impacto positivo, estando associado a uma menor probabilidade de fumar atualmente. (Jun & Kim, 2020)

Os cigarros eletrónicos são dispositivos recarregáveis que aquecem e vaporizam soluções que contém nicotina para inalação. Estudos revelam que apesar de não serem inofensivos para a saúde publica, é menos prejudicial que o tabaco. (Katchmar, et al., 2021)

Katchmar, et al. (2021), concluiu que nos Estados Unidos, o aumento do imposto sobre os cigarros eletrónicos levou ao aumento de consumo dos cigarros tradicionais e ao aumento da compra ilícita de tabaco. Tendo em conta que os cigarros eletrónicos são uma alternativa menos prejudicial para os fumadores, o governo deve tomar decisões para reduzir o tabagismo sem provocar uma situação adversa.

Assiste-se a uma grande tendência na substituição dos cigarros tradicionais por cigarros eletrónicos. Contudo, é importante ter consciência que ainda não foram realizados estudos suficientes sobre este novo produto, deste modo, ainda não existem convicções do impacto que este tabaco terá na saúde pública, a longo prazo (Perucic et al., 2022).

2.6 Harmonização dos Impostos Especiais do Consumo a Nível Europeu

A Harmonização dos impostos a nível europeu é fundamental para evitar a fraude e a concorrência desleal entre mercados, principalmente sobre o IEC e sobre o IVA, sendo necessário apostar em sistemas de cooperação administrativo de controlo e fiscalização tributária.

Contudo, ainda não existe uma harmonização comunitária dos IEC's, visto que as taxas dos Estados Membros da União Europeia são diferentes entre si. No geral, são tributados os

produtos de consumo não essencial e/ou nocivos para a saúde e para o ambiente, por exemplo, as bebidas alcoólicas e o tabaco que são tributados na maioria dos Estados Membros, porém os restantes produtos variam conforme a sensibilidade de cada um. (Afonso, 2006)

Esta diferença deve-se à mentalidade de cada legislador, se um por um lado estes impostos são utilizados para reduzir o consumo dos produtos, por outro lado, existem Estados Membros que aplicam uma taxa baixa, pois consideram a venda desses mesmos produtos essencial para a economia.

Deste modo, para controlar estes impostos e evitar a fraude, existem várias medidas, nomeadamente os “*requisitos económicos e físicos para a aprovação dos entrepostos fiscais, restrições da circulação, redução do prazo de pagamentos, marcação e a coloração dos produtos petrolíferos e a selagem das bebidas espirituosas e dos tabacos.*” (Silva & Monteiro, n.d.)

Devido à dificuldade de estabelecer uma taxa única em todos os Estados Membros, estabeleceu-se uma Diretiva onde está definida a estrutura base dos impostos que incidem sobre os produtos energéticos, as bebidas alcoólicas e os tabacos; e os limites mínimos das taxas a aplicar⁷ (Fonseca, 2012).

⁷ Diretiva (UE) 2019/2235 Do Conselho, Jornal Oficial da União Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32019L2235>

3. Metodologia

Tendo em consideração a questão de investigação definida, adotou-se uma metodologia quantitativa, visto que se ambiciona essencialmente caracterizar a literatura existente relativa ao imposto sobre o tabaco. Para tal, selecionou-se como amostra, a literatura relevante enquadrada nesta temática, através da escolha de artigos que satisfaçam um conjunto de critérios estabelecidos. Nesta sequência, a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) executada é baseada no *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions* (Higgins et al., 2021). Este mecanismo sintetiza os dados dos estudos relativos a este tema de forma completa, permitindo esclarecer a questão de investigação e retirar conclusões, através de informações válidas e com menor enviesamento (Mallett et al., 2012).

No presente capítulo é apresentado o método de recolha de dados, referindo os critérios de inclusão e exclusão dos dados; é definida a amostra, apresentadas as variáveis em estudo e são expostos os métodos de tratamento de dados utilizados.

3.1 Método de Recolha de Dados

Esta revisão sistemática da literatura irá ser suportada de acordo com o PRISMA, recorrendo a 27 itens e a um fluxograma de quatro etapas. O principal objetivo deste método é garantir uma revisão sistemática transparente, completa e de qualidade (Liberati et al., 2009; Revista Científica da Ordem dos Médicos). A primeira etapa consiste na identificação, é feita uma primeira pesquisa através de uma base de dados, excluindo documentos em duplicado. A segunda etapa, prende-se com a seleção dos documentos que resultaram da Identificação, excluindo aqueles com características que não se pretendem utilizar. A terceira etapa, é a elegibilidade, na qual é verificada a elegibilidade dos documentos selecionados de acordo com pressupostos pré-definidos pelo investigador. A quarta, e última etapa, reside na inclusão, onde são incluídos documentos de síntese qualitativa e quantitativa, utilizados nos estudos de meta-análise.

Para a recolha de evidência íntegra e com qualidade, selecionaram-se artigos indexados na base de dados *Scopus*, cujo título contemplasse as palavras “*taxation*” e “*tobacco*”. Deste modo, a pesquisa incide apenas sobre os documentos que englobam estas palavras nos títulos, obtendo artigos relacionados sobre a tributação do tabaco sem enviesamentos, ou seja, artigos específicos sobre os impostos especiais sobre o tabaco, como pretendido.

3.2 Definição da Amostra

Inicialmente, com a definição dos termos anteriormente referidos, resultaram 101 documentos, excluíram-se os idiomas: francês, espanhol, alemão, italiano e russo, sendo considerados para esta pesquisa, apenas os documentos em inglês. Após a aplicação destes filtros, resultaram 90 documentos, entre os quais foram selecionados apenas os artigos, ou seja, foram retirados: revistas, notas, artigos de conferência, livros, editoriais e documentos não definidos; para além destes, excluíram-se títulos não relacionados, resumos não relacionados e documentos duplicados, retirando 27 documentos da amostra anterior. Relativamente ao período temporal estabelecido, consideraram-se todos os artigos existentes até 31/12/2022, resultando numa amostra de 61 artigos para leitura integral.

Da análise desta amostra, observa-se que o primeiro artigo surgiu em 1943, ou seja, no período temporal de 79 anos, existem 61 artigos que cumprem os critérios estabelecidos anteriormente.

Após a definição das palavras-chaves dos títulos, dos critérios de inclusão e exclusão, verificou-se que 4 artigos estão indisponíveis, dando um total de 57 artigos disponíveis para realizar este estudo, como é possível verificar na tabela 3.1 infra.

Artigos	Contagem
Total de Artigos	61
Artigos Indisponíveis	4
Artigos Disponíveis	57

Tabela 3.1 – Quantificação dos artigos disponíveis para estudo

3.3 Definição das Variáveis

É fundamental, neste estudo, analisar um conjunto de variáveis que permitam caracterizar a amostra selecionada. Para este efeito, foram estabelecidos objetivos específicos que consistem na análise de particularidades tanto ao nível dos artigos, como dos respetivos autores. Nesta sequência, relativamente ao conteúdo dos artigos, foram discriminadas as seguintes características:

- Nome do artigo;
- Tipo de investigação;

- *Keywords*;
- Ano de publicação do artigo;
- Fonte, no qual foi publicado;
- Número de citações das fontes, bem como citações compartilhadas entre si;
- Número de citações nos artigos e a sua evolução ao longo dos anos;
- Análise temática e geográfica dos artigos;

No que diz respeito às variáveis relacionadas com os investigadores, definiram-se os seguintes atributos:

- Nome dos investigadores;
- Produtividade dos autores;
- País/continente de afiliação;
- Tipo de autoria;
- Citações entre autores.

Para sistematizar e analisar facilmente estes dois tipos de variáveis, foi elaborada uma tabela, na qual as linhas correspondem aos artigos e as colunas refletem as restantes variáveis. Por outras palavras, cada linha é iniciada com o “*nome do artigo*”, tendo as características referentes a esse documento ao longo dessa linha. De notar que não existem artigos com nome idêntico, ou seja, cada linha corresponde a um artigo diferente. Relativamente à variável “*Autores*”, como na maioria dos casos, um artigo tem mais do que um autor, criou-se o número de linhas equivalente ao número de autores por artigo. De notar ainda, que na coluna seguinte aos “*Autores*”, encontra-se o país de afiliação de cada um, respetivamente. De acordo com Kasanen e Lukka (1996), a instituição de ensino influencia o país/continente de afiliação dos autores, visto que na maior parte dos casos os compositores tendem a limitar-se aos dados do país de origem, sendo que um dos obstáculos referidos, é a questão do idioma. Deste modo, considera-se que a instituição de ensino referida nos artigos, corresponde ao local onde o investigador residia, no ano de publicação do documento. Como referido anteriormente, de forma a visualizar toda a informação de forma clara e rápida, elaborou-se uma tabela que se encontra no Anexo 1, devido à sua dimensão.

3.4 Método de Tratamento de Dados

Neste tópico o objetivo é apresentar o tratamento aplicado aos dados obtidos anteriormente, deste modo, começa-se por relatar quais as ferramentas utilizadas.

Para a realização deste estudo, foi essencial recorrer ao Excel, este instrumento possibilitou inserir todos os dados necessários referentes aos 61 artigos da amostra em questão, permitindo a realização de tabelas e gráficos que facilitam a interpretação dos dados.

Outro método utilizado, consistiu no software *VOSviewer*, que através da criação de mapas bibliográficos, permite inferir sobre o impacto de determinadas variáveis, percebendo o impacto das mesmas através da dimensão dos *clusters* apresentados. Esta ferramenta é relevante essencialmente no caso das *keywords*, autores e citações, visto que são características numerosas, sistematizando a informação de forma clara e percetível.

4. Resultados

Neste capítulo, o objetivo é analisar as particularidades da investigação, recorrendo às variáveis referidas na secção anterior e respeitando a separação entre as características associadas aos artigos e as características dos autores.

De notar que a amostra inicial possuía 101 artigos, após a realização da triagem, identificaram-se 61 artigos como documentos diretamente relacionados com a área de investigação, entendem-se, portanto, como artigos fundamentais para responder à questão de investigação deste estudo. Como referido no capítulo anterior, dos 61 artigos, 4 estão indisponíveis para livre consulta, resultando em 57 artigos disponíveis para a concretização das próximas análises.

4.1 Caracterização do Conteúdo dos Artigos

Primeiramente, é analisada a vertente dos artigos através do estudo das variáveis mencionadas no capítulo anterior, nomeadamente, tipo de investigação, ano de publicação dos artigos, *keywords*, citações e fontes.

4.1.1 Tipo de Investigação

Começando pela análise do tipo de investigação dos 57 artigos disponíveis, verifica-se que o número de documentos do tipo descritivo é igual ao número de documentos do tipo explicativo, uma vez que cada um destes tipos de investigação corresponde a 38,6% do total da amostra, os restantes 22,8% são do tipo exploratório. De modo a sistematizar esta informação, foi elaborada a tabela 4.1:

Tipo de Investigação	Contagem	%
Descritiva	22	38,6%
Exploratória	13	22,8%
Explicativa	22	38,6%

→

Dados	Contagem	%
Base de Dados	10	45,5%
Questionário	6	27,3%
Estudo de Caso	3	13,6%
Entrevista	3	13,6%

Tabela 4.1 – Tipo de Investigação dos artigos selecionados

No caso do tipo de investigação explicativa, é possível perceber como são obtidos os dados dos estudos, sendo que nesta amostra, a maioria dos investigadores recorreu a bases de dados, de seguida questionários e por último, estudos de caso e entrevistas. De notar que a distinção entre questionários e entrevistas se deve ao tipo de perguntas e respostas que são realizadas pelo investigador. Por um lado, os questionários são um conjunto de perguntas (fechadas ou abertas), cujas respostas geralmente são mais breves, visto que não existe uma interação entre o investigador e a pessoa inquirida. Por outro lado, as entrevistas são mais extensas, requerem respostas mais completas por parte dos entrevistados, acontecem em tempo real e, portanto, são efetuadas a um menor número de pessoas.

4.1.2 Análise das *Keywords*

Relativamente às *keywords*, construiu-se uma rede bibliográfica, que permitiu visualizar as palavras-chave de todos os artigos, destacando as mais frequentes e as relações que existem entre as mesmas. Para este efeito, criou-se um mapa baseado nos dados bibliográficos do *Scopus*, cujas informações dos 61 artigos foram convertidas num ficheiro CVS e posteriormente, submetidas no *software VOSviewer*. De seguida, agruparam-se as palavras semelhantes e o programa selecionou as 10 *keywords* que surgem em, pelo menos, 3 artigos, obtendo a figura 4.1.

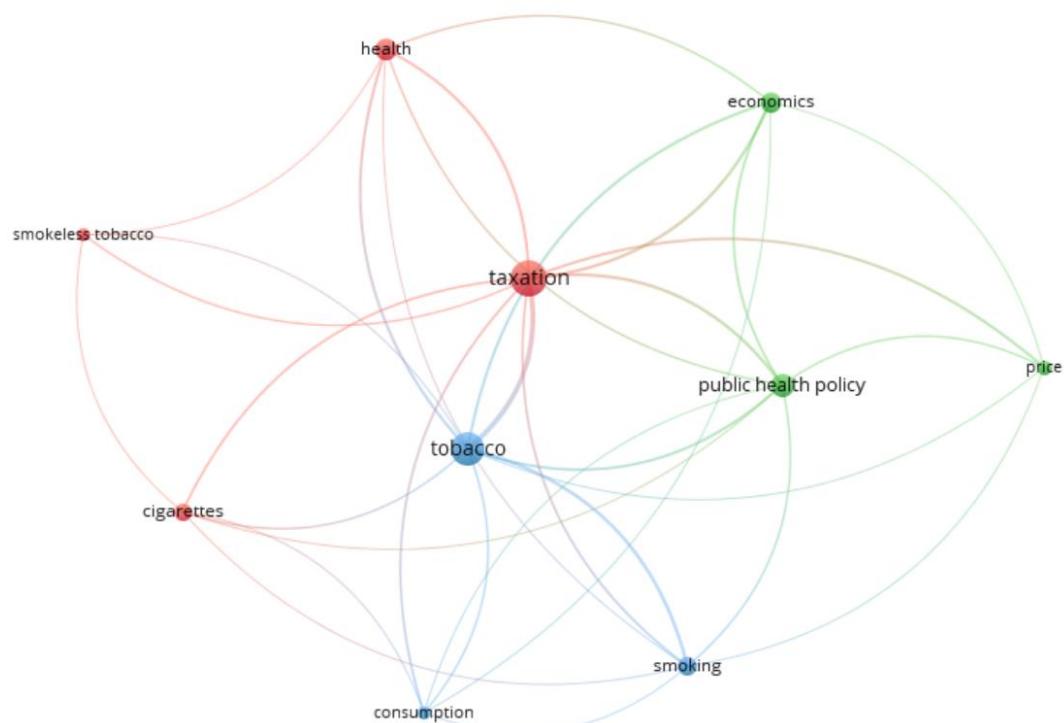


Figura 4.1 – *Keywords* mais frequentes:

- *Cluster 1* (vermelho): *Taxation – health - cigarettes – smokeless tobacco*;
- *Cluster 2* (azul): *Tobacco – smoking – consumption*;
- *Cluster 3* (verde): *Public Health Policy – economics – price*;

Verifica-se que as palavras mais frequentes nesta amostra, possuem um *cluster* de maior dimensão, ou seja, o tamanho do *cluster* de cada *keyword* varia consoante a frequência da mesma. Através deste mapa, conclui-se que as *keywords* mais frequentes são *taxation* (tributação) e *tobacco* (tabaco), com uma dimensão bastante semelhante, estando em concordância com as palavras-chave definidas para os títulos dos artigos. Através do detalhe fornecido por este mapa, observa-se que *taxation* surge em 22 artigos e *tobacco* em 19 artigos, justificando a semelhança da dimensão do *cluster* de ambas. Seguem-se as *keywords*: *public health policy* (política de saúde pública), *health* (saúde) e *economics* (economia), que aparecem em 9, 8 e 7 artigos respetivamente. Estas ocorrências podem justificar-se pelo facto de alguns investigadores considerarem que a tributação do tabaco influencia diretamente a economia, devido ao comportamento adotado pelos contribuintes. Por sua vez, esta conduta irá ter consequências também na saúde dos mesmos, visto que se trata do consumo de uma substância altamente prejudicial.

Outra analogia relevante, são as ligações do mapa, verifica-se que os termos diretamente relacionados com *tobacco* encontram-se conectados com esta palavra através de uma linha, por exemplo, *smoking* (fumar), *consumption* (consumo), *cigarettes* (cigarros), *health* (saúde), entre outras.

De notar que a proximidade das *keywords* no mapa retrata a relação entre elas, ou seja, quanto mais próximos estiverem os *clusters* maior é a conexão entre as palavras. Neste caso, identifica-se *tobacco* e *taxation* como as palavras com maior relação, uma vez que são os principais termos da presente investigação e são abordados em conjunto.

Relativamente às cores observadas, verifica-se que existem três grupos, o vermelho, o azul e o verde, cuja distinção se deve à temática do *cluster* principal, sendo que os restantes *clusters* da mesma cor estão associados a esse tema. Por outras palavras, cada temática assume uma cor, isto significa que neste caso, existem três temáticas, nomeadamente a tributação, o tabaco e a política de saúde pública.

4.1.3 Análise do Ano de Publicação dos Artigos

No estudo da evolução da publicação dos artigos ao longo dos anos, foi possível avaliar os 61 artigos da amostra inicial, através dos dados disponibilizados pela base de dados. Nesta sequência elaborou-se uma tabela com as variáveis “número de artigos” e “ano de publicação”, obtendo o gráfico 4.1:



Gráfico 4.1 – Número de artigos publicados por ano, entre 1943 e 2022

Assiste-se a uma tendência crescente relativamente a pesquisas sobre a temática da tributação do tabaco, contudo não é apresentada uma propensão regular. Exemplificando, identifica-se que o primeiro pico do gráfico corresponde ao ano de 2010 (3 artigos), porém, logo em 2011 existe uma queda na publicação de artigos, não se verificando qualquer publicação nesse ano. Em 2014 foram publicados 4 artigos, todavia nos anos seguintes existiu uma desaceleração, sendo que nos anos 2016, 2017 e 2018, foram publicados apenas 2 artigos por cada ano. Observa-se também, que ocorreu uma estagnação entre os anos de 1943 a 1986, existindo apenas 1 documento publicado ao longo desse período. Este facto pode estar relacionado com a falta de informação disponível ao longo deste período temporal, e consequentemente para o desconhecimento dos malefícios do tabaco. Com o passar dos anos, os avanços tecnológicos permitiram a globalização da informação, possibilitando o acesso a

informações de toda a parte do mundo, independentemente da localização geográfica, contribuindo fortemente para a produção de novas investigações.

Relativamente ao intervalo com mais publicações, sucedeu entre 2019 e 2022, correspondendo a uma divulgação de, aproximadamente, 41% dos artigos da amostra. Deste modo, conclui-se que existe uma oscilação na publicação dos artigos, apesar de atualmente estarem a aumentar as pesquisas sobre esta temática, cooperando para a tendência crescente da evolução do número de artigos.

4.1.4 Análise das Fontes

Relativamente às fontes desta amostra, a tabela 4.2 demonstra de forma clara o número de artigos publicados em cada revista, sendo que desta pesquisa, resultaram 44 revistas. Neste caso, à semelhança da análise anterior, foi possível recorrer à base de dados *Scopus* e obter informações de toda a amostra inicial, incluindo dos artigos indisponíveis.

Revista	Contagem	%
Tobacco Control	12	19,67%
BMC Public Health	2	3,28%
Frontiers in Public Health	2	3,28%
Indian Journal of Cancer	2	3,28%
National Tax Journal	2	3,28%
Tobacco Induced Diseases	2	3,28%
Tobacco Prevention and Cessation	2	3,28%
American Indian and Alaska Native Mental Health Research	1	1,64%
American Journal of Public Health	1	1,64%
Annals of Saudi Medicine	1	1,64%
Applied Economics	1	1,64%
Archives of Iranian Medicine	1	1,64%
BMJ Global Health	1	1,64%
British Journal of Addiction	1	1,64%

British Medical Journal	1	1,64%
Bulletin of the Oxford University Institute of Economics & Statistics	1	1,64%
Bulletin of the World Health Organization	1	1,64%
Canadian Journal of Economics	1	1,64%
Canadian Journal of Public Health	1	1,64%
Community Health Studies	1	1,64%
Contemporary Economic Policy	1	1,64%
Developments in health economics and public policy	1	1,64%
Economic Papers	1	1,64%
European Journal of Public Health	1	1,64%
FinanzArchiv	1	1,64%
Frontiers in Psychology	1	1,64%
Global Health Research and Policy	1	1,64%
Health Economics	1	1,64%
Health Policy and Planning	1	1,64%
Indian Journal of Public Health	1	1,64%
Journal des Economistes et des Etudes Humaines	1	1,64%
Journal of Adolescent Health	1	1,64%
Journal of Epidemiology and Community Health	1	1,64%
Journal of International Development	1	1,64%
Journal of Medical Ethics	1	1,64%
Journal of Public Health Management and Practice	1	1,64%
Nicotine and Tobacco Research	1	1,64%
Pan American Journal of Public Health	1	1,64%
Plos ONE	1	1,64%
Prague Economic Papers	1	1,64%

Saudi Medical Journal	1	1,64%
Scandinavian Journal of Public Health	1	1,64%
Social Science and Medicine	1	1,64%
South African Journal of Economics	1	1,64%

Tabela 4.2 – Fontes de publicação dos artigos selecionados e respetivas frequências

Observa-se que 12 artigos constam na revista *Tobacco Control*, sendo esta a fonte mais frequente. Relativamente às restantes revistas, infere-se que não existe um domínio explícito, identificando 6 revistas responsáveis pela publicação de 2 artigos e as restantes 37 fontes são responsáveis pela publicação de apenas 1 artigo desta amostra.

4.1.5 Análise do Número de Citações das Fontes

De acordo com o mapa bibliométrico que consta na figura 4.2, a fonte com mais citações é a *Tobacco Control*, responsável pela publicação de 12 artigos e por 193 citações, de seguida a *BMC Public Health* com 2 artigos e 47 citações. Isto significa que estas duas fontes são as mais referenciadas para o desenvolvimento de outras investigações, como se verifica através da dimensão dos seus *clusters*.



Figura 4.2 – Fontes mais citadas:

- *Cluster 1* (vermelho): *Tobacco Control* – *Frontiers in Psychology* – *Nicotine and Tobacco Research*;
- *Cluster 2* (azul): *BMC Public Health* – *Global Health Research and Policy*;
- *Cluster 3* (verde): *Journal of International Develop* – *Plos One*;

Interpretando a figura 4.2, observa-se que o *cluster* de maior dimensão é, sem dúvida, a revista “*Tobacco Control*”, visto que é a mais citada. Posteriormente, tem-se o grupo de *clusters*

de cor azul, no qual consta a revista “*BMC Public Health*” que é a segunda mais citada, como referido anteriormente. Por último, o grupo verde, com as revistas menos citadas e com menor relação entre si.

4.1.7 Análise do Número de Citações dos Artigos

Analizando o número de citações dos artigos desta amostra, destacam-se os artigos “*The role of taxation in tobacco control and its potential economic impact in China*” (2010) com 59 citações e “*The incidence of tobacco taxation: Evidence from geographic micro-level data*” (2009, artigo indisponível para consulta) com 58 citações, sendo estes os documentos mais referenciados. De seguida, identificam-se os artigos “*The effects of a rise in cigarette price on cigarette consumption, tobacco taxation revenues, and of smoking-related deaths in 28 EU countries - Applying threshold regression modelling*” (2017) e “*Tobacco taxation and public health: Ethical problems, policy responses*” (2005), ambos com 44 citações. Destacam-se, ainda, os artigos “*Economic aspects of tobacco use and taxation policy*” (1988) e “*Modelling the implications of regular increases in tobacco taxation in the tobacco endgame*” (2015), ambos com 31 citações. Estes são os 6 artigos mais citados, ou seja, os artigos com maior qualidade científica desta amostra e os mais utilizados para outras investigações.

De forma a visualizar rapidamente o número de citações de cada artigo, produziu-se a tabela 4.3:

Nome do artigo	Ano	Nº de citações
The role of taxation in tobacco control and its potential economic impact in China	2010	59
The incidence of tobacco taxation: Evidence from geographic micro-level data	2009	58
The effects of a rise in cigarette price on cigarette consumption, tobacco taxation revenues, and of smoking-related deaths in 28 EU countries - Applying threshold regression modelling	2017	44
The impact of taxation on tobacco consumption in Mexico	2008	44
Tobacco taxation and public health: Ethical problems, policy responses	2005	44

Modelling the implications of regular increases in tobacco taxation in the tobacco endgame	2015	31
Economic aspects of tobacco use and taxation policy	1988	31
The effect of taxation on tobacco consumption and public revenues in Lebanon	2015	26
Tobacco consumption and taxation in Italy: An application of the QUAIDS model	1996	21
Smokeless tobacco product prices and taxation in Bangladesh: Findings from the International Tobacco Control Survey	2014	20
How much downside? Quantifying the relative harm from tobacco taxation	2004	17
Is it possible to reduce tobacco consumption via alcohol taxation?	1994	17
A behavioral economics perspective on tobacco taxation	2010	16
State tobacco taxation, education and smoking: Controlling for the effects of omitted variables	2001	16
The potential global gains in health and revenue from increased taxation of tobacco, alcohol and sugar-sweetened beverages: A modelling analysis	2020	15
Taxation of smokeless tobacco in India	2014	13
"The lobbying strategy is to keep excise as low as possible" - Tobacco industry excise taxation policy in Ukraine	2010	13
A decade of cigarette taxation in bangladesh: Lessons learnt for tobacco control	2019	12
Tobacco taxation: The importance of earmarking the revenue to health care and tobacco control	2012	12
Price, Income, and Affordability as the Determinants of Tobacco Consumption: A Practitioner's Guide to Tobacco Taxation	2021	11
Questioning the regressivity of tobacco taxes: A distributional accounting impact model of increased tobacco taxation	2020	10
Common state mechanisms regulating tribal tobacco taxation and sales, the USA, 2015	2016	10

The effects of tobacco taxation and pricing on the prevalence of smoking in Africa	2021	9
Special-interest spillovers and tobacco taxation	2016	9
Tobacco taxation, illegal cigarette supply and geography: Findings from the ITC Uruguay Surveys	2018	6
Tobacco pricing, taxation, consumption and revenue: Alberta 1985-1995	1996	6
Tobacco, taxation, and fairness	2002	5
Public opinion on tobacco advertising, sports sponsorships and taxation prior to the Victorian Tobacco ACT, 1987	1988	5
Tobacco Taxation and Its Prospective Impact on Disparities in Smoking Initiation and Progression Among Young Adults	2021	4
The simple analytics of tobacco taxation with illegal supply	2014	4
The association between economic recession and public support for increased tobacco taxation in 27 European countries	2014	4
First nations communities and tobacco taxation: A commentary	2009	4
The introduction of tobacco excise taxation in the Gulf Cooperation Council Countries: a step in the right direction of advancing public health	2022	3
Impact of taxation policy on tobacco consumption in Saudi Arabia	2022	3
Firm strategy and consumer behaviour under a complex tobacco tax system: Implications for the effectiveness of taxation on tobacco control	2017	3
The welfare effects of tobacco taxation: Estimates for 5 countries/regions	2003	3
Tobacco Taxation in Australia	1992	3
Brand-switching and tobacco taxation in Vietnam	2022	2
An empirical analysis of the effect of tobacco taxation on economic growth in 38 African countries	2021	2

Taxation and tobacco plain packaging effect on Saudi smokers quitting intentions in Riyadh city, Saudi Arabia	2020	2
Public finances and tobacco taxation with product variety: Theory and application to Senegal and Nigeria	2019	2
Key policy makers' awareness of tobacco taxation effectiveness through a sensitization program	2015	2
Restraining the golden weed: Taxation and regulation of tobacco	2008	2
Excise taxation and tobacco consumption in South Africa: A note	2002	2
Differences in taxation and regulation of health-affecting goods--alcohol and tobacco.	1998	2
Data Note—1. Alcohol, Tobacco and Taxation	1986	2
Extended cost-benefit analysis of tobacco taxation in Brazil	2022	1
No smoking gun: Tobacco taxation and smuggling in Sierra Leone	2022	1
State tobacco excise taxation, comprehensive smoke-free air laws, and tobacco control appropriations as predictors of smoking cessation success in the United States	2020	1
Taxation and Prices of Smokeless Tobacco Products in India: A Success Story	2020	1
Smoking Czechs: Modelling Tobacco Consumption and Taxation	2019	1
Variation across Romania in the health impact of increasing tobacco taxation	2018	1
Taxation of Tobacco, Beer and Cinema Attendances	1943	1
Price Policy and Taxation as Effective Strategies for Tobacco Control	2022	0
A Study on China's Tobacco Taxation and Its Influencing Factor on Economic Growth	2022	0
Tobacco Taxation Influences the Smoking Habits of Adult Smokers Attending Smoking Cessation Clinic in Saudi Arabia	2022	0

Taxation of novel and emerging nicotine and tobacco products (HTPs, ENDS, and ENNDS) globally and in Latin America	2022	0
Impact of waterpipe tobacco taxation on consumption, government revenue and premature deaths averted in Jordan, Lebanon and Palestine: a simulation study	2022	0
You cannot touch taxes easily': Making the case for tobacco taxation in India	2021	0
Disparity wbetween cigarette and smokeless tobacco taxation among various WHO FCTC Parties	2020	0
Key factors in achieving increased tobacco taxation:Experience from the island of Saint Helena	2020	0

Tabela 4.3 – Número de citações dos artigos selecionados

Verifica-se que existem 35 artigos com menos de 5 citações, sendo que deste grupo, 8 documentos não são mesmo referenciados, ou seja, não têm qualquer citação.

É pertinente ainda, estudar a evolução das citações ao longo dos anos, para tal foi elaborado o gráfico 4.2, permitindo identificar a tendência do número de citações.



Gráfico 4.2 – Número de citações por ano, desde 1943 até 2022

Verifica-se que em 2010 houve 88 citações, sendo o ano com maior evolução, contudo conclui-se através da figura abaixo que esta propensão é bastante oscilante, não existindo uma linha de crescimento regular. Observa-se ainda, que os anos 1988, 2010 e 2017 são os picos do gráfico, coincidindo com o ano de publicação dos artigos mais referenciados, mencionados acima.

De notar que entre os anos de 1944 a 1985 não houve qualquer citação, uma vez que não foram publicados artigos durante esse período temporal.

4.1.8 Citações entre Revistas

A construção do mapa da figura 4.3 que consta no detalhe infra, permitiu estudar quais as revistas que se citam entre si, através das ligações entre os *clusters*. Deste modo, foram selecionadas as 10 fontes mais relevantes, sendo que o número de citações entre estas é, pelo menos, de 10.

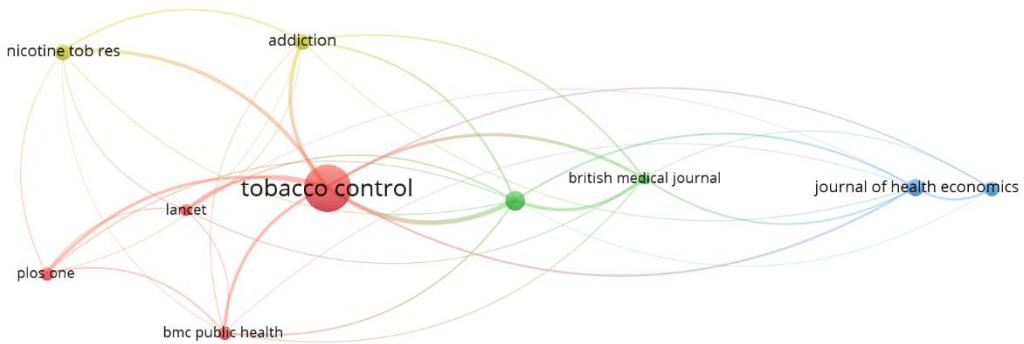


Figura 4.3 – Grupos de Revistas que se citam entre si:

- *Cluster 1* (vermelho): *Tobacco Control – The Lancet – Plos One – BMC Public Health*;
- *Cluster 2* (verde): *American Journal of Public Health - British Medical Journal*;
- *Cluster 3* (verde): *Journal of Health Economics – American Economic Review*;
- *Cluster 4* (amarelo): *Addiction – Nicotine Tobacco Research*.

Verifica-se que o *Tobacco Control* foi citado 172 vezes e referenciou as restantes 9 fontes identificadas no mapa, designadamente, *American Journal of Public Health*, *Nicotine &*

Tobacco Research, Addiction, BMC Public Health, Plos One, British Medical Journal, Journal of Health Economics, American Economic Review e The Lancet.

De seguida, no grupo verde, domina a revista *American Journal of public health* com 33 citações e 9 ligações estabelecidas. No grupo azul, destaca-se o *Journal of Health Economics* com 22 citações e referenciado em 7 destes jornais. Por último, no grupo amarelo, com maior dimensão está a revista *Addiction*, com 7 fontes referenciadas e tem 20 citações.

4.1.9 Análise Geográfica e Temática dos Artigos

Através da leitura integral dos artigos, infere-se que os 57 artigos disponíveis surgem um pouco por todo o mundo. Nesta sequência, foi elaborado o gráfico 4.3, com o objetivo de sistematizar a origem dos dados desta amostra. Este demonstra que a maioria dos estudos são realizados com base nos dados da Ásia (25 artigos) e da União Europeia (20 artigos).

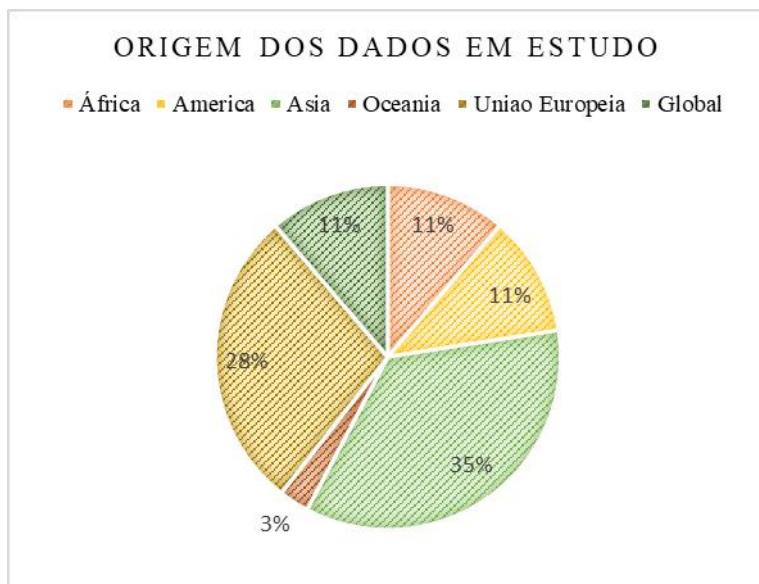


Gráfico 4.3 – Distribuição da origem dos dados dos artigos da amostra, por continente

Independentemente da área geográfica, verifica-se que a esmagadora maioria destes artigos contém argumentos a favor dos Impostos Especiais sobre o tabaco e do seu aumento. É defendido que a tributação é a medida mais eficaz para a redução do consumo do tabaco, em qualquer faixa etária. De acordo com Parks et al. (2021), na China, o preço de um maço de tabaco influencia a decisão de um adolescente iniciar ou continuar a fumar progressivamente, destacando a importância de implementar programas de prevenção através, por exemplo, da disseminação de informações relativamente às doenças inerentes.

Na Grécia, o artigo de Vardavas et al. (2012) mostra que a maioria da população concorda com o aumento dos impostos, desde que as receitas provenientes sejam destinadas a cuidados de saúde e contribuam para o desenvolvimento de programas para desincentivar este vício.

Cherukupalli (2010), apresenta duas perspetivas interessantes a nível global, por um lado, defende que o aumento da tributação tem um impacto positivo na saúde dos consumidores, diminuindo as doenças inerentes e consequentemente, a taxa de mortalidade; por outro lado, este imposto pode ser visto como regressivo, visto que a população com rendimentos menores irá suportar uma carga desproporcional devido à sua capacidade reduzida de compra.

Embora os países com rendimentos mais baixos sintam mais o impacto dos preços e sejam os mais afetados, conforme argumentado por Divino et al. (2022) cuja investigação foi realizada no Brasil, estes irão beneficiar da redução das despesas médicas e outras gastos associados a este vício, contribuindo para uma poupança dos rendimentos. À semelhança deste estudo, em África, segundo Immurana et al., é possível inferir uma redução do consumo significativa nestes países, que pode ser justificada pela incapacidade de pagamento.

Nesta amostra, recorrendo a dados provenientes do Canadá e da Ucrânia, Ian e William (2014) e Krasovsky (2010), respetivamente, assumem uma perspetiva contrária ao que anteriormente foi defendido. Estes dois artigos demonstram que o aumento dos impostos pode levar ao aumento do contrabando e consequentemente, à venda ilegal de produtos ainda mais tóxicos do que o tabaco, aumentando também as atividades criminosas. Referem ainda que algumas empresas podem não aumentar o preço final para não sofrerem uma diminuição do volume de vendas, ou seja, o aumento do imposto pode não ser refletido no consumidor final e por sua vez, não provocar o efeito pretendido. À semelhança destes investigadores, também Wilson (2005), apesar de defender o aumento da tributação, alerta para a possibilidade do governo não utilizar as receitas que provêm do aumento deste imposto para as finalidades propostas, mas sim para benefício próprio.

Relativamente ao contrabando, no Uruguai (Curti et al., 2018) e na Roménia (Ciobanu et al., 2018), os investigadores dão destaque ao aumento das práticas do comércio ilegal, devido à falta de controlo das fronteiras e à população com rendimentos mais baixos. Para mitigar esta possível consequência, é necessário haver um controlo mais restritivo das fronteiras, para dificultar o acesso a cigarros ilegais, e consequentemente reduzir a tendência de substituição. Por outras palavras, deve apostar-se na harmonização dos impostos para todos os produtos e derivados do tabaco, de forma a não existir tendência a substituir um produto por outra marca mais barata.

Atualmente, verifica-se uma tendência para substituir os cigarros tradicionais ou de enrolar pelos cigarros eletrónicos, sendo necessário um aumento da tributação também nestes produtos, de forma a incentivar o abandono do consumo destes produtos. De notar que, o tabaco aquecido é o aditivo mais recente, portanto ainda não foram realizados estudos suficientes para prever o seu impacto na saúde dos fumadores ativos e passivos, como é defendido por Perucic et al. (2022).

Relativamente à indústria do tabaco, a redução do consumo deste produto vai provocar uma redução no emprego e no volume de vendas associadas a este comércio, como se pode verificar pelo artigo de Seshadri et al. (2021), cujos dados são provenientes da Índia. Como solução, o artigo mais citado desta amostra e portanto, o mais utilizado em investigações, argumenta que o aumento do imposto sobre o tabaco pode ser empregue, não só para financiar programas de prevenção como também, ajudar os produtores de tabaco a se reinventarem e a suportarem a redução nas vendas (Hu et al., 2010).

O artigo de Nargis et al. (2016) defende que, a nível global, a melhor forma será aplicar um imposto de acordo com a estrutura de cada país, para tal é relevante analisar a elasticidade da acessibilidade, de modo a considerar os rendimentos e a inflação do país. Para além desta medida, pode concluir-se através do artigo de Mohamed (2002), baseado em dados de África, que existem outras medidas fundamentais, designadamente a proibição de campanhas publicitárias a este produto, proibir o consumo em locais fechados, proibir venda a menores de 18 anos e promover advertências de saúde nos maços de tabaco, para consciencializar os consumidores das possíveis doenças que este vício pode provocar.

4.2 Caracterização dos Autores

Após análise do conteúdo dos artigos, segue-se a caracterização dos autores, através do estudo das variáveis referidas anteriormente, detalhadamente, produtividade dos autores, a afiliação geográfica, o tipo de autoria e o número de citações dos autores.

4.2.1 Produtividade dos Autores

Neste estudo, existem 191 autores responsáveis pela publicação dos 61 artigos da amostra selecionada. Deste modo, tendo em consideração o elevado número, foram selecionados os autores responsáveis por pelo menos 2 artigos, obtendo a rede de bibliométrica com 17 investigadores que consta na figura 4.4.

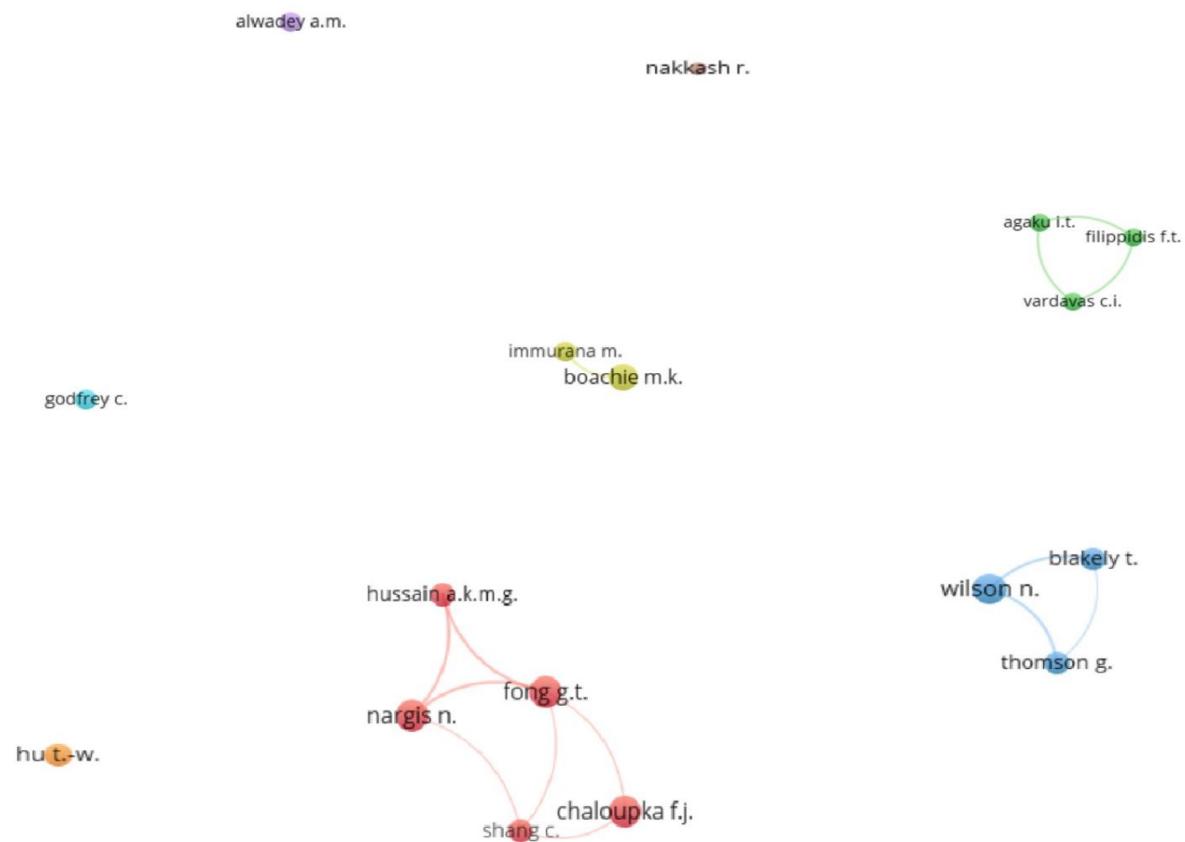


Figura 4.4 – Autores mais frequentes:

- *Cluster 1* (vermelho): Frank J Chaloupka - AKM Ghulam Hussain - Geoffrey T. Fong - Ce Shang - Nigar Nargis;
- *Cluster 2* (verde): Israel T Agaku - Filippos T Filippidis - Constantine I Vardavas;
- *Cluster 3* (azul): Nick Wilson - Tony Blakely - George Thomson;
- *Cluster 4* (amarelo): Micheal Kofi Boachie - Mustapha Immurana;
- *Cluster 5* (lilás): Ali M. Alwadey
- *Cluster 6* (azul claro): Christine Godfrey
- *Cluster 7* (laranja): Teh-wei Hu
- *Cluster 8* (castanho): Rima T Nakkash

Com este mapa, infere-se que há quatro grupos de investigadores relacionados entre si, nomeadamente: AKM Ghulam Hussain, Geoffrey T. Fong., Frank J. Chaloupka, Ce Shang e Nigar Nargis; Israel T Agaku, Filippos T Filippidis e Constantine I Vardavas; Nick Wilson, Tony Blakely e George Thomson; Micheal Kofi Boachie e Mustapha Immurana. Os restantes autores selecionados para a elaboração deste mapa, não têm qualquer associação entre si, ou seja, não apresentam qualquer ligação.

Os autores Geoffrey T. Fong, Frank J. Chaloupka, Nigar Nargis, Nick Wilson e Micheal Kofi Boachie são responsáveis, cada um, por 3 artigos desta amostra, sendo os mais frequentes, como é possível observar não só através da tabela anexada, como também pelas dimensões dos *clusters* associados. Relativamente aos autores AKM Ghulam Hussain, Ce Shang, Christine Godfrey, Constantine I Vardavas, Filippos T Filippidis, Mustapha Immurana, Teh-wei Hu, Israel T Agaku, Ali M. Alwadey, Tony Blakely, Rima T Nakkash e George Thomson, são responsáveis, cada um, por 2 artigos. Todos os restantes autores que aparecem na tabela anexa, mas não constam no mapa da figura acima são responsáveis por apenas 1 artigo da amostra. Para sistematizar e clarificar esta informação foi ainda, elaborado o gráfico 4.4:

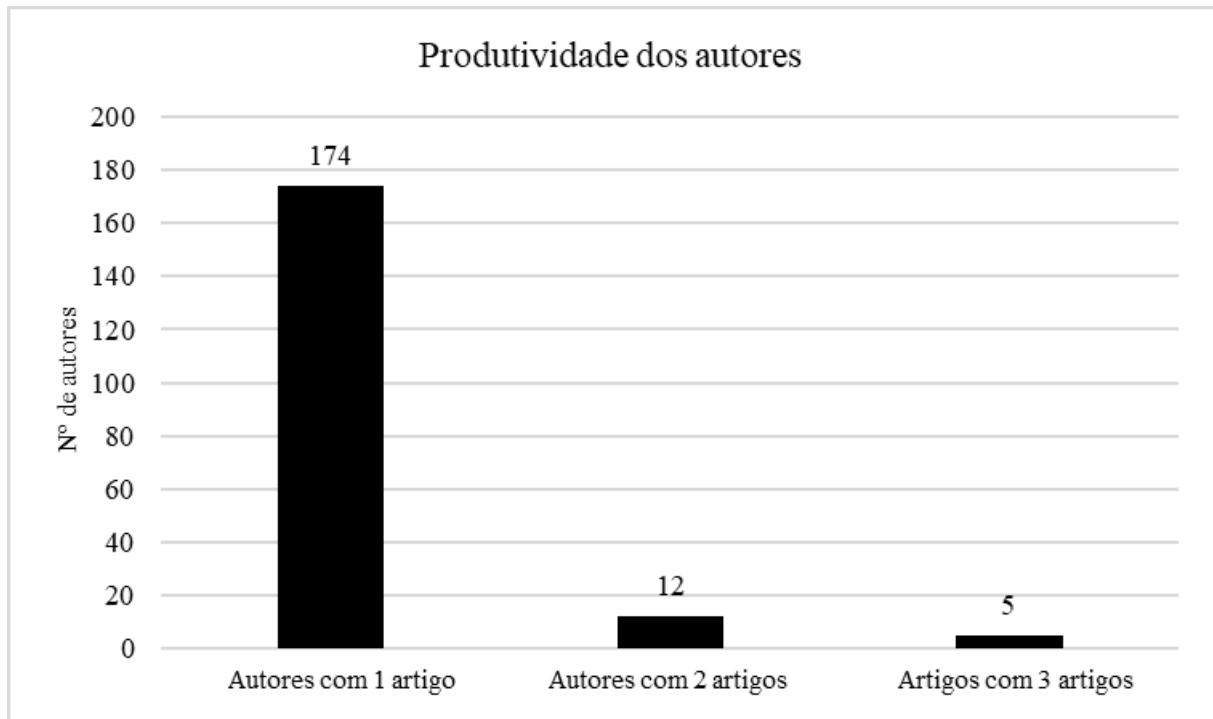


Gráfico 4.4 – Número de artigos publicados por autor

Resumindo, através da análise da tabela que consta no Anexo 1 e do gráfico 4.4, é possível inferir que 174 autores são responsáveis pela publicação de apenas 1 artigo, 12 autores publicaram 2 artigos e 5 autores publicaram 3 artigos.

4.2.2 Afiliação Geográfica

Relativamente à afiliação geográfica dos autores, de acordo com Kasanen e Lukka (1996), a forma mais fidedigna para saber o país de residência dos autores são as instituições de ensino. De notar que nesta amostra, o número total de afiliações não corresponde ao número de investigadores, visto que 5 dos autores têm dois países de afiliação, ou seja, duas instituições de estudo às quais estão vinculados, nomeadamente:

- James F Thrasher – Colômbia e México
- Linda J Cobiac – Austrália e Nova Zelândia
- Constantine I Vardavas – Estados Unidos da América e Grécia
- Yahya M. Al-Farsi – Omã e Arábia Saudita
- Terry Alchin – Canadá e Austrália

Através da elaboração da tabela 4.4, é possível identificar que o país de afiliação mais comum, são os Estados Unidos da América, surgindo em 44 autores. De seguida, a Arábia Saudita com 14 e o Reino Unido com 11 autores.

Continente	País	Contagem
África (14)	Santa Helena	1
	Gana	7
	África do Sul	3
	Senegal	2
	Egipto	1
América (68)	Colômbia	2
	Estados Unidos da América	44
	Canadá	8
	Brasil	4
	Los Angeles	4
	México	5
	Uruguai	1
Ásia (58)	Arábia saudita	14
	India	9
	Irão	6
	Líbano	6
	Taiwan	5
	China	4

	Viet Nam	3
	Omã	2
	Palestina	2
	Bahrain	1
	Bangladesh	1
	Jordânia	1
	Kuwait	1
	Qatar	1
	Sudeste asiático	1
	Emirados Árabes Unidos	1
Europa (46)	Reino Unido	11
	Grécia	6
	Roménia	5
	Suíça	4
	Dinamarca	3
	Países Baixos	3
	República Checa	2
	Inglaterra	2
	Itália	2
	Londres	1
	Espanha	2
	Turquia	2
	Viena	2
	Ucrânia	1
Oceânia (10)	Nova Zelândia	7
	Austrália	3

Tabela 4.4 – Países e continentes de afiliação dos investigadores

Relativamente aos continentes, seguem a mesma sequência dos países referidos anteriormente, ou seja, o continente mais frequente é a América com, aproximadamente, 34% dos autores afiliados, seguindo-se a Ásia (29,6%) e a Europa (23,5%). De modo a visualizar esta informação, com maior detalhe e facilidade, produziu-se o gráfico 4.5:

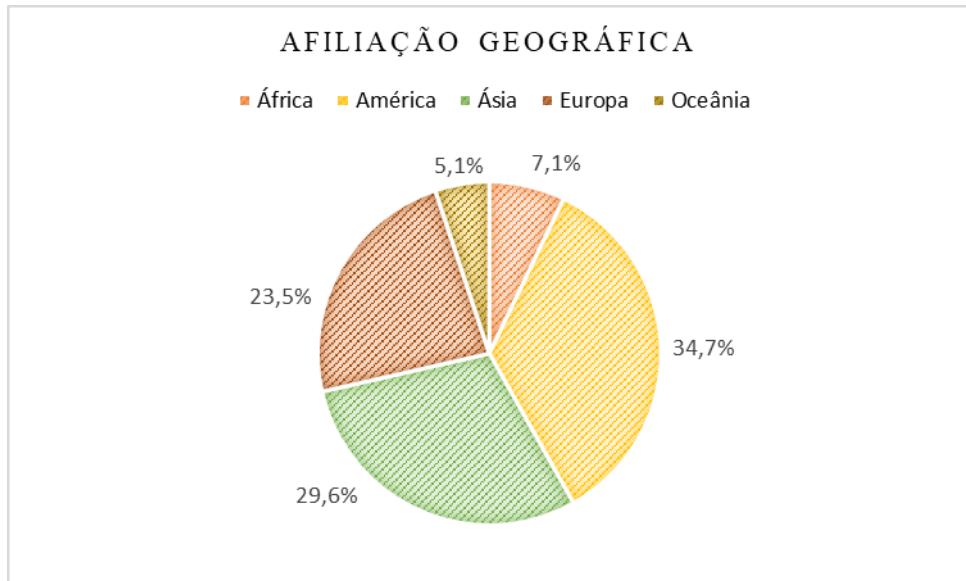


Gráfico 4.5 – Distribuição dos autores afiliados por continente

Analizando a tabela 4.4 e o gráfico 4.5 que constam no detalhe acima, conclui-se que a elevada percentagem da América se deve claramente, aos Estados Unidos da América (44) e posteriormente ao Canadá que surge com 8 autores. Verifica-se também, que em África o país mais frequente é o Gana, ocorrendo 7 vezes. Já na Ásia, os países mais frequentes são a Arábia Saudita (14), India (9), Irão (6) e Líbano (6). Na Europa, 11 autores estão afiliados ao Reino Unido, 6 estão afiliados à Grécia e 5 à Roménia. Em relação à Oceânia, o país mais frequente é a Nova Zelândia com 7 investigadores vinculados.

4.2.3 Tipo de Autoria

Esta secção refere-se ao número de autores que cada artigo comprehende. Para tal, produziu-se o gráfico 4.6:

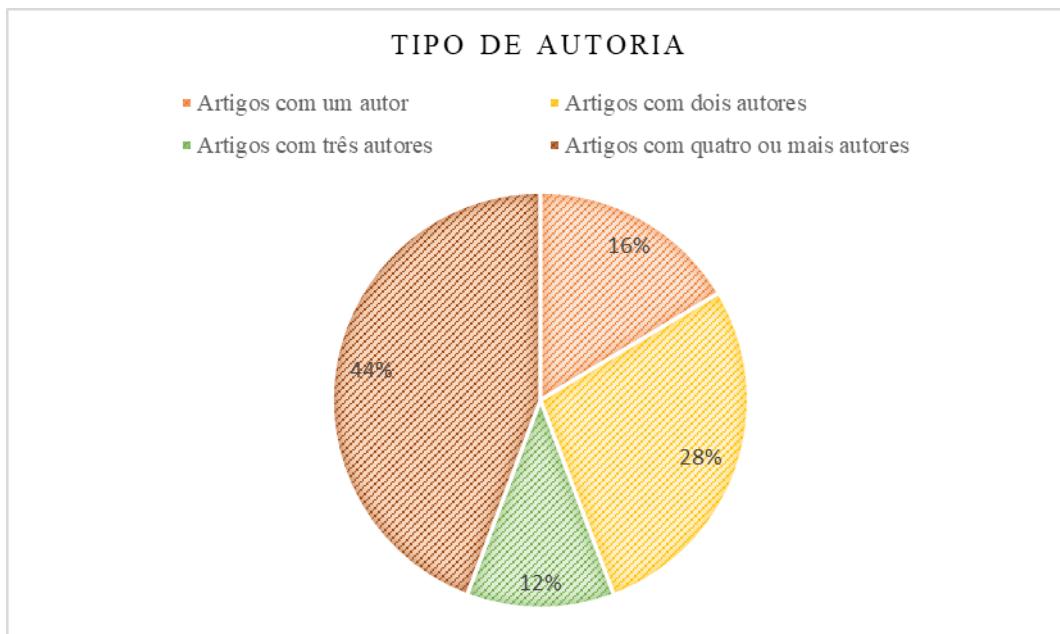


Gráfico 4.6 – Distribuição dos autores por artigo publicado

Verifica-se que apenas, aproximadamente, 16% dos artigos têm um tipo de autoria individual, ou seja, apenas um autor. Isto significa que em, aproximadamente, 84% dos casos o tipo de autoria é coletivo, sendo que a maioria são artigos com quatro ou mais autores. Detalhadamente, num total de 196 autores e 61 artigos, identificam-se 10 artigos com um autor, 17 documentos com 2 autores, 7 artigos com 3 escritores e 27 artigos com quatro ou mais investigadores. Não existe uma regularidade nas fontes utilizadas para a publicação dos artigos com mais autores, verifica-se apenas, que nestes 27 artigos, a revista *Tobacco Control* é a mais frequente (8 artigos publicados), em concordância com a análise realizada na secção anterior.

4.2.4 Citações entre Investigadores

Relativamente ao número de citações associadas aos investigadores, observa-se que os autores mais referenciados são o Nick Wilson (92 citações) e o Teh-wei Hu (75 citações). Contudo, não se verifica uma relação entre os mesmos, ou seja, ao recorrer a este programa observa-se que não existe um mapa, visto que não há qualquer ligação entre os *clusters*.

Identificam-se vários autores que se citam entre si, sendo que o autor com mais ligações e citações é o Frank J. Chaloupka, com 77 referências. Deste modo, está refletido na figura 4.5 os 14 investigadores mais citados entre si, possuindo, pelo menos, 12 referências entre si.

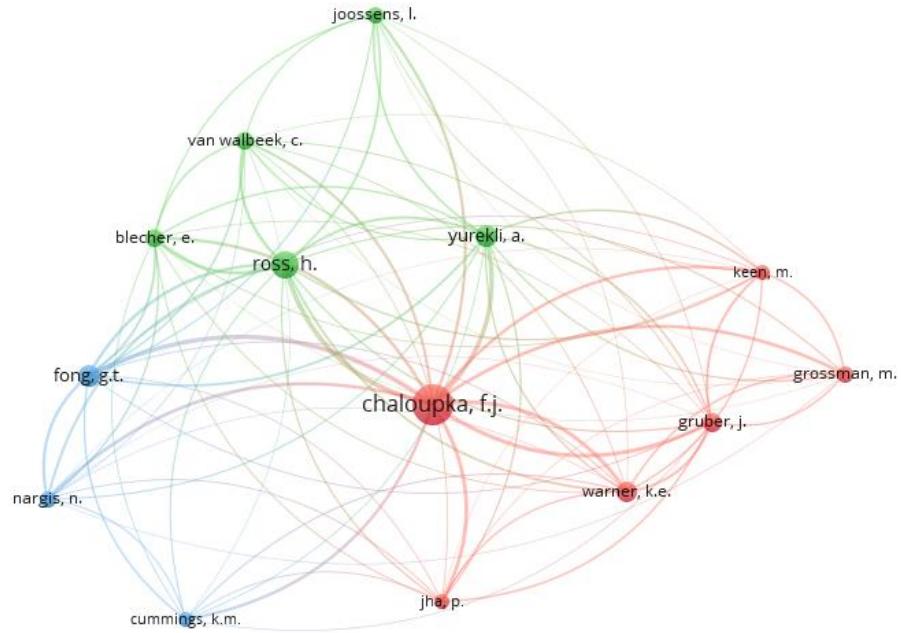


Figura 4.5 – Grupos de autores que se citam entre si:

- *Cluster 1* (vermelho): Frank J Chaloupka, K. Warner Schaie, Jonathan Holmes Gruber, Gene Michael Grossman, Amishi P. Jha, Michael Keen.
- *Cluster 2* (verde): Michael H. Ross, Max Blecher, Luk Joossens, Corné Van Walbeek, Ayda Yurekli
- *Cluster 3* (azul): K. Michael Cummings, Geoffrey T Fong, Nigar Nargis.

5. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo principal a caracterização do Imposto Especial sobre o Tabaco, tendo dois objetivos específicos, nomeadamente, a descrição do conteúdo dos artigos e a caracterização dos investigadores. Para este efeito, baseou-se numa amostra de 61 artigos recolhidos do *Scopus* que abrange um período temporal de 79 anos, sendo que a maioria da literatura selecionada é referente aos últimos 36 anos.

Relativamente ao primeiro objetivo específico, infere-se que as publicações relacionadas com esta temática estão a evoluir de forma crescente, sendo que no ano de 2022 foi publicado o maior número de artigos (10 artigos). Os documentos da amostra selecionada encontram-se divulgados em 44 fontes diferentes, entre as quais, a *Tobacco Control*, que é claramente a revista dominante, divulgando 12 dos artigos. No que diz respeito às *keywords* mais comuns, foram “*taxation*” e “*tobacco*”, coincidindo com as palavras-chave selecionadas. Em relação à temática dos artigos desta amostra, conclui-se que a esmagadora maioria dos artigos se foca em medidas para reduzir o tabagismo, por exemplo, através de análise ao comportamento dos consumidores perante o aumento do imposto sobre o tabaco. Por outro lado, existem investigadores que discutem o impacto deste aumento na indústria do tabagismo e no comércio ilícito, demonstrando pontos de vista diferentes e relevantes.

Após leitura integral destes artigos conclui-se que o aumento do imposto sobre o tabaco é a medida mais eficaz para reduzir o tabagismo. Contudo, este aumento deverá ser superior à inflação e complementado com outras medidas, nomeadamente, a proibição de fumar em sítios fechados, proibição de publicidade alusiva a este produto e a difusão de informações sobre a taxa de morbidade e mortalidade.

É pertinente adotar políticas de tributação de acordo com a estrutura de cada país, de modo a evitar o contrabando ou a substituição deste produto por outras marcas mais acessíveis. Para a tributação ser eficaz, é necessário existir uma harmonização dos impostos nos produtos prejudiciais para a saúde pública, para não ser possível a substituição de um aditivo por outro mais barato. Ou seja, este imposto deve seguir um aumento gradual e ser aplicado a todos os produtos e marcas de tabaco, incluindo cigarros eletrónicos. A diminuição da acessibilidade a estes produtos, irá diminuir o consumo dos mesmos, principalmente nas classes com rendimentos mais baixos, que serão as mais influenciadas pelo aumento dos impostos, visto que não terão possibilidades de continuar a sustentar esse vício. Alguns investigadores tratam este facto como injusto, porém, com a diminuição obrigatória do consumo do tabaco, irão acabar

por comprar menos tabaco e consequentemente, terão menos despesas com as doenças associadas a este produto.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico, os autores Geoffrey T. Fong, Frank J. Chaloupka, Nigar Nargis, Nick Wilson e Micheal Kofi Boachie são os mais produtivos, sendo que cada um é responsável pela realização de 3 artigos. Verifica-se ainda que a autoria, na sua maioria, é coletiva, 84% dos artigos têm dois ou mais investigadores. Em relação ao continente de afiliação, o mais comum é a América (34%), sendo que o país dominante são os Estados Unidos da América (surge 44 vezes). Os autores mais referenciados desta pesquisa são o Nick Wilson e o Teh-wei Hu, com 92 e 75 citações, respectivamente.

Ao longo deste estudo foram identificadas várias limitações, designadamente a falta de informações sobre todos os produtos de tabaco, visto que a maior parte dos artigos desta amostra se focam apenas nos cigarros tradicionais; tendo em conta que se trata de uma das principais causas de morte em vários países, os estudos utilizados têm uma vertente bastante direcionada para a medicina, podendo levar a mais conclusões relacionadas com a saúde pública, do que com os impostos; a maior parte dos artigos baseia-se em dados de fumadores diários, ou seja, viciados neste produto, contudo existem fumadores esporádicos que também deviam ser incluídos nesta pesquisa, de modo a verificar a eficácia do aumento do imposto sobre o tabaco nesta parte da população; aponta-se ainda, como limitação para este estudo, a indisponibilidade de 4 dos 61 artigos desta amostra, visto que não tinham livre acesso; por último, a utilização de apenas uma base de dados (*Scopus*) poderá ter limitado esta análise e a extensão da mesma.

O tabaco é um tema muito discutido na atualidade. Com vista a reduzir o consumo do mesmo, procura-se cada vez mais, medidas que incentivem o seu término. Deste modo, assiste-se a uma tendência do aumento do número de pesquisas relacionadas com este tema, que abordam, não só o impacto do imposto sobre o tabaco, como também outras medidas, por exemplo, a educação para a saúde. Observa-se, de forma global, um aumento deste imposto e consequentemente, uma redução da percentagem de fumadores, podendo estabelecer-se uma correlação negativa. Nesta sequência, esta dissertação contribui para o conhecimento sobre o imposto sobre o tabaco a nível global, visto que é realizado com base em literatura anteriormente publicada, cujos dados são provenientes de todos os continentes, sendo na sua maioria, do continente asiático e americano. Através do resumo das pesquisas anteriores, identificaram-se os possíveis impactos na vida dos cidadãos, nomeadamente: aumento das desigualdades sociais, visto que se trata de um imposto aplicado de igual forma a todos os sujeitos passivos; desemprego na indústria do tabaco, se a venda deste produto diminuir

significativamente; a possibilidade de contrabando; e, a substituição por produtos de marcas mais baratas, eliminando o efeito desejado do imposto.

Deste modo, conclui-se que a melhor estratégia para reduzir o tabagismo é o aumento do imposto especial sobre o tabaco e sobre todos os produtos relacionados, de acordo com a inflação e estrutura tributária de cada país. Assim, com a caracterização da literatura existente ao nível do conteúdo dos artigos e ao nível das informações dos autores, este estudo contribui para a caracterização deste imposto, servindo como instrumento relevante para futuras investigações. Para além disto, esta dissertação pode desempenhar um papel importante na adoção de medidas para a redução do tabagismo, visto que considera diversos impactos que estas medidas podem provocar, consoante a estrutura do país em questão.

Tendo em consideração os entraves e as conclusões apresentados anteriormente, é pertinente explorar os seguintes pontos, nas futuras investigações:

Pesquisar documentos de outras bases de dados, de modo a obter informações relevantes mais direcionadas para a área fiscal, com dados mais completos sobre toda a população, contribuindo para uma investigação mais extensa e completa.

Analizar outras relações entre as variáveis que não foram abordadas neste estudo. Seria interessante, por exemplo, estudar o comportamento dos fumadores de acordo com a estrutura económica do país em que estão inseridos.

Explorar as implicações e tendências da população no consumo de cigarros eletrónicos, visto que é um produto recente e com uma tendência de consumo crescente, sendo desta forma relevante desenvolver mais estudos sobre o mesmo.

Investigar estratégias para ajudar os vendedores/produtores de tabaco que dependem deste negócio, para se reinventarem, no caso de as vendas sofrerem uma diminuição significativa.

6. Bibliografia

Alchin, T. (1992). Tobacco taxation in Australia. *Economic Papers: A journal of applied economics and policy*, 11(3), 77-90. <https://doi.org/10.1111/j.1759-3441.1992.tb00050.x>

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 4/2020, Diário da República Eletrónico, Consultado em 20 de outubro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/acordao-tribunal-constitucional/4-2020-128865464>

Afonso, A. (2006). Noções gerais sobre impostos especiais de consumo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, 3, 19-39. https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F819697098/A.3%20%282006%29p.19-39.pdf

Afonso, A. (2013). *Procura do Tabaco em Portugal* [Dissertação em Economia, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial]. Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/12447/1/tese.pdf>

Alotaibi, H. F., & Alsanea, N. A. (2022). Impact of taxation policy on tobacco consumption in Saudi Arabia. *Annals of Saudi Medicine*, 42(1), 1-7. <https://doi.org/10.5144/0256-4947.2022.1>

Aljuaid, S. O., Alshammari, S. A., Almarshad, F. A., Almutairi, K. S., Aljumayi, A. S., AlKhashan, H. I., & Suliankatchi, R. A. (2020). Taxation and tobacco plain packaging effect on Saudi smokers quitting intentions in Riyadh city, Saudi Arabia. *Saudi Medical Journal*, 41(10), 1121. <https://doi.org/10.15537/SMJ.2020.10.25390>

Altowiher, N. S. S., Bustami, R., Alwadey, A. M., & Alqahtani, M. (2022). Tobacco Taxation Influences the Smoking Habits of Adult Smokers Attending Smoking Cessation Clinic in Saudi Arabia. *Frontiers in Public Health*, <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.794237>

Atuk, O., & Özmen, M. U. (2017). Firm strategy and consumer behaviour under a complex tobacco Tax system: implications for the effectiveness of taxation on tobacco control. *Tobacco control*, 26(3), 277-283. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2015-052808>

Azevedo, A. (2015). Os impostos em Portugal (I), *Diário Económico*. Consultado a 23 de fevereiro de 2022. Disponível em <https://www.occ.pt/fotos/editor2/diarioeconomico29junho.pdf>

Azomahou, T. T., Balde, R., Diagne, A., Mane, P. Y., & Kaba, I. S. (2019). Public finances and tobacco taxation with product variety: Theory and application to Senegal and Nigeria. *Plos one*, 14(2), e0212015. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0212015>

Borges, F. G. L., & Merlin, L. V. da C. T. (2014). Taxas: equivalência e igualdade. *Observatório Da Jurisdição Constitucional*, (2).

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/993/667>

Carlos, A. B. (2017). *Impostos-Teoria Geral-5a Edição*. Leya.

Cherukupalli, R. (2010). A behavioral economics perspective on tobacco taxation. *American Journal of Public Health*, 100(4), 609-615. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2009.160838>

Ciobanu, M., Iosif, I., Calomfirescu, C., Brinduse, L., Stuckler, D., Reeves, A., Snell, A., Mauer-Stender, K., Mikkelsen, B. & Cucu, A. (2018). Variation across Romania in the health impact of increasing tobacco taxation. *European Journal of Public Health*, 28, 10-13. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cky180>

Cobiac, L. J., Ikeda, T., Nghiem, N., Blakely, T., & Wilson, N. (2015). Modelling the implications of regular increases in tobacco taxation in the tobacco endgame. *Tobacco Control*, 24(e2), e154-e160. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2014-051543>

Correia, PMAR, & Catarino, JR (2016). Rendimento bruto tributável em IVA: evidência da diferenciação dos concelhos da costa portuguesa. *Revista CLAD Reforma e Democracia*, (64), 227-246. <https://www.redalyc.org/journal/3575/357544807008/>

Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, *Código dos Impostos Especiais Sobre o Consumo*, Diário da República Eletrónico. (2010). Consultado em 19 de outubro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2010-34478675>

Contribuição Especial, Diário da República Eletrónico, Consultado em 20 de outubro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/lexionario/-/dj/115069975/view>

Correia, P. & Catarino, J. (2016)., Ingreso bruto tributable del IVA: evidencia de diferenciación de los municipios de la costa portuguesa, *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 64, 227-246. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357544807008>

Curti, D., Shang, C., Chaloupka, F. J., & Fong, G. T. (2019). Tobacco taxation, illegal cigarette supply and geography: findings from the ITC Uruguay Surveys. *Tobacco control*, 28(Suppl 1), s53-s60. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2017-054218>

Dahne, J., Nahhas, G. J., Wahlquist, A. E., Cummings, K. M., & Carpenter, M. J. (2020). State tobacco excise taxation, comprehensive smoke-free air laws, and tobacco control appropriations as predictors of smoking cessation success in the United States. *Journal of public health management and practice: JPHMP*, 26(5), E1. <https://doi.org/10.1097/PHH.0000000000000865>

David, P. (2018). Basic economic gap related to smoking: reconciling tobacco tax receipts and economic costs of smoking-attributable diseases, *Tobacco Control*, 0, 1-4. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2018-054307>

Delipalla, S., Koronaiou, K., Al-Lawati, J. A., Sayed, M., Alwadey, A., AlAlawi, E. F., ... & Al-Farsi, Y. M. (2022). The introduction of tobacco excise taxation in the Gulf Cooperation Council Countries: a step in the right direction of advancing public health. *BMC Public Health*, 22(1), 1-8. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13190-0>

DeLong, H., Chriqui, J., Leider, J., & Chaloupka, F. J. (2016). Common state mechanisms regulating tribal tobacco taxation and sales, the USA, 2015. *Tobacco Control*, 25(Suppl 1), i32-i37. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2016-053079>

Dey, S. (2021)., Impacto f Goods and Services Tax on Indirect Tax Revenue of India: With Special Reference to Odisha State, *Universal Journal of Accounting and Finance*, 9(3), 431-441. <https://doi.org/10.13189/ujaf.2021.090318>

Dias, A. (2005)., *O Sistema Comum do IVA* [Tese de Pós-Graduação, Faculdade de Direito]. Centro de Investigação Jurídica da Universidade do Porto

Divino, J. A., Ehrl, P., Candido, O., & Valadao, M. A. P. (2022). Extended cost–benefit analysis of tobacco taxation in Brazil. *Tobacco Control*, 31(Suppl 2), s74-s79. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-056806>

Donato, H. & Donato, M. (2019). Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática, *Revista Científica da Ordem dos Médicos*, 32(3), 227-235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>

Dutkowsky, D. & Sullivan, R. (2014). Excise taxes, consumer demand, over-shiting, and tax revenue, *Public Financial Publications*, 34(3), 111-125. <https://doi.org/10.1111/pfaf.12044>

Felsinger, R., & Groman, E. (2022). Price Policy and Taxation as Effective Strategies for Tobacco Control. *Frontiers in Public Health*, 10. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.851740>

Fleischer, N. L., Donahoe, J. T., McLeod, M. C., Thrasher, J. F., Levy, D. T., Elliott, M. R., Meza, R. & Patrick, M. E. (2021). Taxation reduces smoking but may not reduce smoking disparities in youth. *Tobacco control*, 30(3), 264-272. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2019-055478>

Filippidis, F. T., Agaku, I. T., Vardavas, C. I., & Majeed, A. (2014). The association between economic recession and public support for increased tobacco taxation in 27 European countries. *Scandinavian journal of public health*, 42(7), 589-592. <https://doi.org/10.1177/1403494814542264>

Fonseca, M. (2012), Os Impostos Especiais de Consumo: Análise do Impostos e Taxas Praticadas [Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais]. Instituto Superior de Economia e Gestão

Fusco, G. R. (2016). Impostos Especiais sobre o Consumo em Portugal: a extrafiscalidade e a saúde, [Dissertação de Mestrado, Departamento de Gestão], Instituto Superior de Gestão. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14263/1/Tese%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Mestrado%20Impostos%20Especiais%20sobre%20o%20consumo%20a%20extrafiscalidade%20e%20a%20sa%c3%bade%20G%20Fusco.pdf>

Gallien, M., & Occhiali, G. (2022). No smoking gun: tobacco taxation and smuggling in Sierra Leone. *Tobacco Control*. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-057163>

Gholamreza Heydari, M. D., Chamani, F., Masjedi, M., Shadmehr, M. B., & Fadaizadeh, L. (2015). Key policy makers' awareness of tobacco taxation effectiveness through a sensitization program. *Archives of Iranian Medicine*, 18(12), 849. https://www.researchgate.net/publication/286863205_Key_Policy_Makers'_Awareness_of_Tobacco_Taxation_Effectiveness_through_a_Sensitization_Program#fullTextFileContent

Godfrey, C., HARDMAN, G., & POWELL, M. (1986). Data Note—1. Alcohol, Tobacco and Taxation. *British journal of addiction*, 81(1), 143-149. <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.1986.tb00308.x>

Godfrey, C., & Maynard, A. (1988). Economic aspects of tobacco use and taxation policy. *British Medical Journal*, 297(6644), 339-343. <https://doi.org/10.1136/bmj.297.6644.339>

Goldmann, J. (1943). TAXATION OF TOBACCO, BEER AND CINEMA ATTENDANCES. *Bulletin of the Oxford University Institute of Economics & Statistics*, 5(2), 35-39. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0084.1943.mp5002003.x>

Goodchild, M., Thu, L., Son, D., Tuan, L., Totanes, R., Paul, J. & Park, K., (2020), Modelling the expected impact of cigarette tax and price increases under Vietnam's excise tax law 2015-2020, *Tobacco Control*, 30, 675–679. <http://dx.doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2020-055920>

Higgins, J., Thomas, J., Chandler, J., Cumpston, M., Li, T., Page, M. & Welch, V. (2021), Cochrane Handbook for Systematic Reviews for Interventions, *The Cochrane Collaboration*, <https://training.cochrane.org/handbook/current>

Hoffer, A. J. (2016). Special-interest spillovers and tobacco taxation. *Contemporary Economic Policy*, 34(1), 146-157. <https://doi.org/10.1111/coep.12116>

Hu, T. W., Mao, Z., Shi, J., & Chen, W. (2010). The role of taxation in tobacco control and its potential economic impact in China. *Tobacco control*, 19(1), 58-64. <https://doi.org/10.1136/tc.2009.031799>

Immurana, M., Boachie, M. K., Dalaba, M. A., Oware, K. M., KK, T. J. M., Ayanore, M. A., & Yusif, H. M. (2021). An empirical analysis of the effect of tobacco taxation on economic growth in 38 African countries. *Journal of International Development*, 33(8), 1257-1269. <https://doi.org/10.1002/jid.3574>

Immurana, M., Boachie, M. K., & Iddrisu, A. A. (2021). The effects of tobacco taxation and pricing on the prevalence of smoking in Africa. *Global Health Research and Policy*, 6(1), 1-10. <https://doi.org/10.1186/s41256-021-00197-0>

Irvine, I., & Sims, W. (2014). The simple analytics of tobacco taxation with illegal supply. *Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économique*, 47(4), 1153-1172. <https://doi.org/10.1111/caje.12112>

Kasanen, E. and Lukka, K. (1996) 'IS ACCOUNTING A GLOBAL OR A LOCAL DISCIPLINE? EVIDENCE FROM MAJOR RESEARCH JOURNALS', *Accounting, Organizations and Society*, 21(7-8), 755–773. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(96\)00020-7](https://doi.org/10.1016/0361-3682(96)00020-7)

Katchmar, A., Gunawan, A., Siegel, M., (2021), Effect of Massachusetts House Bill on electronic cigarette use: a mixed-methods study, *Harm Reduction Journal*, 18 (50). <https://doi.org/10.1186/s12954-021-00498-0>

Kaur, J., & Ruhil, R. (2021). Taxation and prices of smokeless tobacco products in India: A success story. *Indian Journal of Public Health*, 64(3), 304-304. https://doi.org/10.4103/ijph.IJPH_132_19

Kengadaran, S., & Anusha, D. (2020). Disparity between cigarette and smokeless tobacco taxation among various WHO FCTC Parties. *Tobacco Prevention & Cessation*, 6. <https://doi.org/10.18332/tpc/128322>

Krasovsky, K. S. (2010). " The lobbying strategy is to keep excise as low as possible"- tobacco industry excise taxation policy in Ukraine. *Tobacco Induced Diseases*, 8, 1-9. <https://doi.org/10.1186/1617-9625-8-10>

Kyriakos, C., Ahmad, A., Chang, K. & Filippidis, F. (2021). Price differentials of tobacco products: A cross-sectional analysis of 79 countries from the six WHO regions, *Tobacco Induced Diseases*, 80. <https://doi.org/10.18332/tid/142550>

Jackson-Morris, A., Rossouw, L., & Boachie, M. K. (2020). Key factors in achieving increased tobacco taxation: Experience from the island of Saint Helena. *Tobacco Prevention & Cessation*, 6. <https://doi.org/10.18332/tpc/122442>

Janda, K., & Strobl, M. (2019). *Smoking Czechs: Modeling tobacco consumption and taxation*. Prague Economic Papers. 28(1), 3–29, <https://doi.org/10.18267/j.pep.685>

Jawad, M., Awawda, S., Abla, R., Chalak, A., Khader, Y. S., Nakkash, R. T., ... & Abu-Rmeileh, N. M. (2022). Impact of waterpipe tobacco taxation on consumption, government revenue and premature deaths averted in Jordan, Lebanon and Palestine: a simulation study. *Tobacco Control*. <https://doi.org/10.1136/tc-2022-057284>

Jiménez-Ruiz, J. A., De Miera, B. S., Reynales-Shigematsu, L. M., Waters, H. R., & Hernández-Ávila, M. (2008). The impact of taxation on tobacco consumption in Mexico. *Tobacco control*, 17(2), 105-110. <https://doi.org/10.1136/tc.2007.021030>

Jones, A., & Mazzi, M. G. (1996). Tobacco consumption and taxation in Italy: an application of the QUAIDS model. *Applied Economics*, 28(5), 595-603. <https://doi.org/10.1080/00036849600000039>

Jiménez, S., & Labeaga, J. M. (1994). Is it possible to reduce tobacco consumption via alcohol taxation?. *Health Economics*, 3(4), 231-241. <https://doi.org/10.1002/hec.4730030405>

Jun, J. & Kim, J. (2020)., Do state regulations on e-cigarettes have impacts on the e-cigarette prevalence?, *University of Exeter*, 0, 1-6. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2019-055287>

Lal, D., Kim, H., Lu, G., & Prat, J. (2003). The welfare effects of tobacco taxation: estimates for 5 countries/regions. *Journal des conomistes et des tudes Humaines*, 13(1). <https://doi.org/10.2202/1145-6396.1081>

Lee, B. & Seo, D. (2020). Effects of an 80% cigarette price increase on quit attempts, successful quitting, and smoking intensity among Korean adult smokers: results from nationally representative longitudinal panel data, *Tobacco Control*, 0, 1-8. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2019-055518>

Leite, A., Machado, A., Pinto S. & Dias, C. (2017). Características sociodemográficas dos fumadores diários em Portugal Continental, *Instituto Nacional de Saúde*, http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/4117/5/INSA_Relatorio-Consumo-de-tabaco_INS%201987-2014.pdf

Lehmus, M. (2011). Labor or consumption taxes? An application with a dynamic general equilibrium model with heterogeneous agents, *Economic Modelling*, 28(4), 1984-1992. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2011.03.029>

Liberati, A., Altman, D., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gotzsche, P., Ioannidis, J., Clarke, M., Devereaux, P., Kleijnen, J. & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions:

explanation and elaboration. *Annals of internal medicine*, 151(4), W-65. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2700>

Loureiro, J., (2018). *Contribuições financeiras e princípio da igualdade tributária* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito]. Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/27723/1/Tese%20Formatada...%20%281%29.pdf>

Mallett, R., Hagen-Zanker, J., Slater, R., & Duvendack, M. (2012). The benefits and challenges of using systematic reviews in international development research. *Journal of Development Effectiveness*, 4(3), 445–455. <https://doi.org/10.1080/19439342.2012.711342>

Marinheiro, R. (2019)., *Os métodos indiretos de tributação: do regime jurídico à eventual responsabilização pela prática de infrações tributárias* [Dissertação de mestrado, ISCAL].

Instituto Politécnico de Lisboa.

<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/10554/1/Tese%20Mestrado-%20Documento%20definitivo%20REVISTO%20FINAL.pdf>

Martins, S., Paceli, R., Bussacos, M., Fernandes, F., Prado, G., Lombardi, E., Terra-Filho, M. & Santos, U. (2017). Effective tobacco control measures: agreement among medical students, *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 43(3), 202-207. <https://doi.org/10.1590/S1806-37562015000000316>

Maskaeva, A., Bochkaeva, Z., Mmasa, J., Msafiri, M. & Iramba, E. (2019)., *Microsimulation analysis of the impact of indirect tax benefits on income distribution and poverty alleviation in Tanzania*. United Nations University World Institute for Development Economics Research. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/211246/1/1662468849.pdf>

McLachlan, H. V. (2002). Tobacco, taxation, and fairness. *Journal of medical ethics*, 28(6), 381-383. <https://doi.org/10.1136/jme.28.6.381>

Mohamed, A. (2002). Excise taxation and tobacco consumption in South Africa: A note. *South African Journal of Economics*, 70(3), 579-587. <https://doi.org/10.1111/j.1813-6982.2002.tb01305.x>

Nabais, J., Salema, I. & Cabral, N. (2015)., *Taxas e Contribuições Financeiras a Favor das Entidades Públicas e Contribuições para a Segurança Social*, Centro de Estudos Judiciários

Nargis, N., Hussain, A., Goodchild, M., Quah, A. & Fong, G. (2020), Tabacco industry pricing undermines tobacco tax policy: A tale from Bangladesh, *Elsevier*. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2020.105991>

Nargis, N., Hussain, A. G., Goodchild, M., Quah, A. C., & Fong, G. T. (2019). A decade of cigarette taxation in Bangladesh: lessons learnt for tobacco control. *Bulletin of the World Health Organization*, 97(3), 221. <https://doi.org/10.2471/BLT.18.216135>

Nargis, N., Hussain, A. K. M. G., & Fong, G. T. (2014). Smokeless tobacco product prices and taxation in Bangladesh: Findings from the ITC Survey. *Indian journal of cancer*, 51(0 1), S33. <https://doi.org/10.4103/0019-509X.147452>

Nargis, N., Stoklosa, M., Shang, C., & Droege, J. (2021). Price, income, and affordability as the determinants of tobacco consumption: a practitioner's guide to tobacco taxation. *Nicotine and Tobacco Research*, 23(1), 40-47. <https://doi.org/10.1093/ntr/ntaa134>

Nguyen, A., & Nguyen, N. A. (2022). Brand-switching and tobacco taxation in Vietnam. *Tobacco Control*, 31(Suppl 2), s88-s94. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-056821>

Parks, M. J., Patrick, M. E., Levy, D. T., Thrasher, J., Elliott, M. & Fleischer, N. (2021). Tobacco Taxation and Its Prospective Impact on Disparities in Smoking Initiation and Progression Among Young Adults, *Journal of Adolescent Health*, 68 (4), 765-772. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.08.031>

Perucic, A. M., Sandoval, R. C., Malik, S., & Morales-Zamora, G. (2022). Taxation of novel and emerging nicotine and tobacco products (HTPs, ENDS, and ENNDS) globally and in Latin America. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 46, e175. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.175>

Portaria nº 930/91, Diário da República Eletrónico. Consultado em 1 de novembro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/930-1991-303657>

Portaria nº 154/2022, de 2 de junho, Diário da República Eletrónico. Consultado a 2 de junho de 2023. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/154-2022-184306938>

Princípio da Igualdade. Diário da República Eletrónico, Consultado em 31 de maio de 2023. Disponível em <https://dre.pt/dre/lexionario/termo/principio-igualdade>

Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, SNS. (2020). Consultado em 30 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.dgs.pt/programa-nacional-para-a-prevencao-e-controlo-do-tabagismo.aspx>

Raei, B., Emamgholipour, S., Takian, A., Yaseri, M., Abdoli, G. & Alizadeh, A. (2021). Distributional health and financial consequences of increased cigarette tax in Iran: extended cost-effectiveness analysis, *Health Economics Review*, 11(30). <https://doi.org/10.1186/s13561-021-00328-w>

Rao Seshadri, S., Kaulgud, R., & Jha, P. (2021). 'You cannot touch taxes easily': making the case for tobacco taxation in India. *Health Policy and Planning*, 36(3), 322-331. <https://doi.org/10.1093/heapol/czaa171>

Rout, S. K., & Arora, M. (2014). Taxation of smokeless tobacco in India. *Indian journal of cancer*, 51(Suppl 1), S8-S12. <https://doi.org/10.4103/0019-509X.147420>

Salti, N., Chaaban, J., Nakkash, R., & Alaouie, H. (2015). The effect of taxation on tobacco consumption and public revenues in Lebanon. *Tobacco control*, 24(1), 77-81. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2012-050703>

Sá, C. (2013)., Fatores determinantes da moral tributária em Portugal: Uma análise através da aplicação de um modelo de equações estruturais. [Dissertação de Doutoramento em Gestão de Empresas]. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/23754/1/Tese_Doutoramento_Cristina_Sa.pdf

Schaffer, C., Yeh, C-Y., Chen, S.-H., Lee, J.-M. & Hsieh, C.-J., (2018), A simulation impact evaluation of a cigarette excise tax increase on licit and illicit cigarette consumption and tax revenue in 36 European countries, *The Royal Society for Public Health*, 162, 48-57. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.05.017>

Samji, H., & Wardman, D. (2009). First Nations communities and tobacco taxation: A commentary. *American Indian and Alaska Native Mental Health Research: The Journal of the National Center*, 16(2), 1-10. <https://doi.org/10.5820/aian.1602.2009.1>

Santos, M. (2016)., *Isenções no âmbito dos Impostos Especiais de Consumo: As Isenções de ISP*. [Dissertação de Mestrado em Direito e Economia, Faculdade de Direito]. Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34082/1/ulfd135367_tese.pdf

Shuval, K., Stoklosa, M., Nargis, N., Droke, J., Tzafrir, S., Keinan-Boker, L., DeFina, L. & Qadan, M. (2021), Cigarette Prices and Smoking Behavior in Israel: Findings from a National Study of Adults (2002–2017), *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(16). <https://doi.org/10.3390/ijerph18168367>

Silva, A. & Monteiro, J.(s.d.), *Aspectos Jurídicos e Científicos dos Impostos Especiais sobre o Consumo*. [Centro de Investigação Jurídico-Económico, Faculdade de Direito]. Universidade do Porto. <file:///C:/Users/Acer/Downloads/Aspectos%20Jur%C3%ADcicos%20e%20Cient%C3%ADficos%20dos%20Impostos%20Especiais%20sobre%20o%20Consumo.pdf>

Silva, V. (2010). *A Actual Estrutura do Sistema Fiscal Português*. [Dissertação de Mestrado em Contabilidade]. Universidade de Aveiro, Disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3529/1/4765.pdf>

Smith, S. (2008). Restraining the golden weed: taxation and regulation of tobacco. *FinanzArchiv/Public Finance Analysis*, 476-507. <https://doi.org/10.1628/001522108X397697>

Summan, A., Stacey, N., Birckmayer, J., Blecher, E., Chaloupka, F. J., & Laxminarayan, R. (2020). The potential global gains in health and revenue from increased taxation of tobacco, alcohol and sugar-sweetened beverages: a modelling analysis. *BMJ Global Health*, 5(3), e002143. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-002143>

United States Department of Health and Human Services (USDHHS). (2017, junho). *Preventing Tobacco Use Among Youths, Surgeon General fact sheet.*, Surgeon General Home, <https://www.hhs.gov/surgeongeneral/reports-and-publications/tobacco/preventing-youth-tobacco-use-factsheet/index.html>, consultado a 17 de setembro de 2022.

Vardavas, C. I., Filippidis, F. T., Agaku, I., Mytaras, V., Bertic, M., Connolly, G. N., ... & Behrakis, P. (2012). Tobacco taxation: the importance of earmarking the revenue to health care and tobacco control. *Tobacco induced diseases*, 10(1), 1-5. <https://doi.org/10.1186/1617-9625-10-21>

Vasques, S. (1999). Os impostos do pecado: o álcool, o tabaco, o jogo e o fisco, Almedina

Vasques, S. (2001). Os Impostos Especiais Sobre o Consumo, Almedina

Verguet, S., Kearns, P. K., & Rees, V. W. (2021). Questioning the regressivity of tobacco taxes: a distributional accounting impact model of increased tobacco taxation. *Tobacco Control*, 30(3), 245-257. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2019-055315>

Vladisavljevic, M., Zubovic, J., Dukic, M. & Jovanovic, Ol. (2021). Inequality-Reducing Effects of Tobacco Tax Increase: Accounting for Behavioral Response of Low-, Middle-, and High-Income Households in Serbia. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(18), 1-10. <https://doi.org/10.3390/ijerph18189494>

Vitória, P., 2009. O Impacto da Influência Social na Intenção de Fumar e no Comportamento Tabágico dos Adolescentes Portugueses [Tese Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional, Departamento de Psicologia Social e das Organizações]. Repositório ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4413/1/VitoriaInflu%C3%A3nciaSocialInten%C3%A7%C3%A3oCoimportamentoTab%C3%A1gico.pdf>

Wilson, N., & Thomson, G. (2005). Tobacco taxation and public health: ethical problems, policy responses. *Social science & medicine*, 61(3), 649-659. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.11.070>

Wilson, N., Thomson, G., Tobias, M., & Blakely, T. (2004). How much downside? Quantifying the relative harm from tobacco taxation. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 13(4), 421-421. <https://doi.org/10.1136/jech.2003.011528>

World Health Organization (2022, maio 24), *Tobacco*, <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>, consultado a 20 de setembro de 2022

Yeh, C. Y., Schafferer, C., Lee, J. M., Ho, L. M., & Hsieh, C. J. (2017). The effects of a rise in cigarette price on cigarette consumption, tobacco taxation revenues, and of smoking-related deaths in 28 EU countries - Applying threshold regression modelling. *BMC Public Health*, 17, 1-9. <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4685-x>

Zhao, S. (2022). A study on China's tobacco taxation and its influencing factor on economic growth. *Frontiers in Psychology*, 507. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.832040>

7. Anexos

Anexo 1 – Caracterização da Investigação

ID Artigo	Nome do artigo	Ano	Revista	Autores	Filiação	Nº de citações
1	The introduction of tobacco excise taxation in the Gulf Cooperation Council Countries: a step in the right direction of advancing public health	2022	BMC Public Health	Sofia Delipalla Konstantina Koronaiou Jawad A. Al-Lawati Mohamed Sayed Ali Alwadey Ejlal F. AlAlawi Kholoud Almutawaa Amal H. J. Hussain Wedad Al-Maidoor Yahya M. Al-Farsi	Greece Greece Oman Saudi Arabia Saudi Arabia Bahrain Qatar Kuwait United Arab Emirates Saudi Arabia, Oman	3
2	Brand-switching and tobacco taxation in Vietnam	2022	Tobacco Control	Anh Nguyen Hoang Nguyen The Nuong Ai Nguyen	Viet Nam Viet Nam Viet Nam	2
3		2022	Tobacco Control	Jose Angelo Divino	Brasil	1

	Extended cost-benefit analysis of tobacco taxation in Brazil			Philipp Ehrl Osvaldo Candido Marcos Aurelio Pereira Valadao	Brasil Brasil Brasil	
4	Price Policy and Taxation as Effective Strategies for Tobacco Control	2022	Frontiers in Public Health	Richard Felsinger Ernest Groman	Vienna, Australia Vienna, Australia	0
5	A Study on China's Tobacco Taxation and Its Influencing Factor on Economic Growth	2022	Frontiers in Psychology	Shuang Zhao	Tongliao, China	
6	Tobacco Taxation Influences the Smoking Habits of Adult Smokers Attending Smoking Cessation Clinic in Saudi Arabia	2022	Frontiers in Public Health	Najeeb Saud S. Altowiher Rami Bustami Ali M. Alwadey Mansour Alqahtani	Saudi Arabia Saudi Arabia Saudi Arabia Saudi Arabia	0
7	Taxation of novel and emerging nicotine and tobacco products (HTPs, ENDS, and ENNDS) globally and in Latin America	2022	Pan American Journal of Public Health	Anne-Marie Perucic Rosa Carolina Sandoval Sehr Malik Gilberto Morales-Zamora	Switzerland USA USA USA	0
8	Impact of waterpipe tobacco taxation on consumption, government revenue and premature deaths averted in Jordan, Lebanon and Palestine: a simulation study	2022	Tobacco Control	Mohammed Jawad Sameera Awawda Ruba Abla Ali Chalak	United Kingdom Palestine Lebanon Lebanon	0

				Yousef S Khader Rima T Nakkash Aya Mostafa Ramzi G Salloum Niveen M E Abu-Rmeileh	Jordan Lebanon Egipto USA Palestine	
9	No smoking gun: Tobacco taxation and smuggling in Sierra Leone	2022	Tobacco Control	Max Gallien Giovanni Occhiali	United Kingdom United Kingdom	1
10	Impact of taxation policy on tobacco consumption in Saudi Arabia	2022	Annals of Saudi Medicine	Hawazin Fahad Alotaibi Nasser Abdullah Alsanea	Saudi Arabia Saudi Arabia	3
11	The effects of tobacco taxation and pricing on the prevalence of smoking in Africa	2021	Global Health Research and Policy	Mustapha Immurana Micheal Kofi Boachie Abdul-Aziz Iddrisu	Ghana Ghana Ghana	9
12	An empirical analysis of the effect of tobacco taxation on economic growth in 38 African countries	2021	Journal of International Development	Mustapha Immurana Micheal Kofi Boachie Maxwell Ayindenaba Dalaba Kofi Mintah Oware Toby Joseph Mathew K.K. Martin Amogre Ayanore Hadrat Mohammed Yusif	Ghana Ghana Ghana Ghana India Ghana Ghana	2

13	Questioning the regressivity of tobacco taxes: A distributional accounting impact model of increased tobacco taxation	2020	Tobacco Control	Stéphane Verguet Patrick K A Kearns Vaughan W Rees	USA USA USA	10
14	You cannot touch taxes easily': Making the case for tobacco taxation in India	2021	Health Policy and Planning	Shreelata Rao Seshadri Radhika Kaulgud Prabhat Jha	India India Canada	0
15	Tobacco Taxation and Its Prospective Impact on Disparities in Smoking Initiation and Progression Among Young Adults	2021	Journal of Adolescent Health	Michael J. Parks Megan E. Patrick David T. Levy James F. Thrasher Michael R. Elliott Nancy L. Fleischer	Minnesota, USA Minnesota, USA Columbia Columbia and Mexico Michigan, USA Michigan, USA	4
16	Price, Income, and Affordability as the Determinants of Tobacco Consumption: A Practitioner's Guide to Tobacco Taxation	2021	Nicotine and Tobacco Research	Nigar Nargis Michal Stoklosa Ce Shang Jeffrey Droke	USA USA USA USA	11
17	Disparity between cigarette and smokeless tobacco taxation among various WHO FCTC Parties	2020	Tobacco Prevention and Cessation	Shivashankar Kengadaran Divvi Anusha	India India	0
18		2020		Jennifer Dahne	USA	1

	State tobacco excise taxation, comprehensive smoke-free air laws, and tobacco control appropriations as predictors of smoking cessation success in the United States		Journal of Public Health Management and Practice	Georges J. Nahhas Amy E. Wahlquist K. Michael Cummings Matthew J. Carpenter	USA USA USA USA	
19	Taxation and Prices of Smokeless Tobacco Products in India: A Success Story	2020	Indian Journal of Public Health	Jagdish Kaur Rohini Ruhil	South-East Asia India	1
20	The potential global gains in health and revenue from increased taxation of tobacco, alcohol and sugar-sweetened beverages: A modelling analysis	2020	BMJ Global Health	Amit Summan Nicholas Stacey Johanna Birckmayer Evan Blecher Frank J Chaloupka Ramanan Laxminarayan	USA South Africa USA USA USA USA	15
21	Key factors in achieving increased tobacco taxation: Experience from the island of Saint Helena	2020	Tobacco Prevention and Cessation	Angela Jackson-Morris Laura Rossouw Micheal K. Boachie	Saint Helena South Africa South Africa	0
22	Taxation and tobacco plain packaging effect on Saudi smokers quitting intentions in Riyadh city, Saudi Arabia	2020	Saudi Medical Journal	Sultan O. Aljuaid Sulaiman A. Alshammari Fatma A. Almarshad Khalid S. Almutairi	Saudi Arabia Saudi Arabia Saudi Arabia Saudi Arabia	2

				Abdullah S. Aljumayi Hesham I. AlKhashan Rizwan A. Suliankatchi	Saudi Arabia Saudi Arabia India	
23	Tobacco taxation, illegal cigarette supply and geography: Findings from the ITC Uruguay Surveys	2018	Tobacco Control	Dardo Curti Ce Shang Frank J Chaloupka Geoffrey T Fong	Uruguay USA USA Canada	6
24	A decade of cigarette taxation in bangladesh: Lessons learnt for tobacco control	2019	Bulletin of the World Health Organization	Nigar Nargis AKM Ghulam Hussain Mark Goodchild Anne CK Quah Geoffrey T Fong	USA Bangladesh Switzerland Canada Canada	12
25	Public finances and tobacco taxation with product variety: Theory and application to Senegal and Nigeria	2019	Plos ONE	Théophile T. Azomahou Racky Balde Abdoulaye Diagne Pape Yona Mané Ibrahima Sory Kaba	The Netherlands The Netherlands Senegal Senegal The Netherlands	2
26	Smoking Czechs: Modelling Tobacco Consumption and Taxation	2019	Prague Economic Papers	Karel Janda Martin Strobl	Czech Republic Czech Republic	1

27	Variation across Romania in the health impact of increasing tobacco taxation	2018	European Journal of Public Health	Magdalena Ciobanu Ionel Iosif Cristian Calomfirescu Cristian Calomfirescu David Stuckler Aaron Reeves Andrew Snell Kristina Mauer-Stender Bente Mikkelsen Alexandra Cucu	Romania Romania Romania Romania Italy England Denmark Denmark Denmark Romania	1
28	The effects of a rise in cigarette price on cigarette consumption, tobacco taxation revenues, and of smoking-related deaths in 28 EU countries - Applying threshold regression modelling	2017	BMC Public Health	Chun-Yuan Yeh Christian Schafferer Jie-Min Lee Li-Ming Ho Chi-Jung Hsieh	Taiwan Taiwan Taiwan Taiwan Taiwan	44
29	Firm strategy and consumer behaviour under a complex tobacco tax system: Implications for the effectiveness of taxation on tobacco control	2017	Tobacco Control	Öğuz Atuk M Utku Özmen	Turkey Turkey	3

30	Common state mechanisms regulating tribal tobacco taxation and sales, the USA, 2015	2016	Tobacco Control	Hillary DeLong Jamie Chriqui Julien Leider Frank J Chaloupka	USA USA USA USA	10
31	Special-interest spillovers and tobacco taxation	2016	Contemporary Economic Policy	Adam J. Hoffer	USA	9
32	Key policy makers' awareness of tobacco taxation effectiveness through a sensitization program	2015	Archives of Iranian Medicine	Gholamreza Heydari Arezoo Ebn Ahmady Harry A. Lando Fahimeh Chamani Mohammadreza Masjedi Mohammad B. Shadmehr Lida Fadaizadeh	Iran Iran USA Iran Iran Iran Iran	2
33	Modelling the implications of regular increases in tobacco taxation in the tobacco endgame	2015	Tobacco Control	Linda J Cobiac Tak Ikeda Nhung Nghiem Tony Blakely Nick Wilson	Australia and New Zealand New Zealand New Zealand New Zealand New Zealand	31
34	The effect of taxation on tobacco consumption and public revenues in Lebanon	2015	Tobacco Control	Nisreen Salti Jad Chaaban	Lebanon Lebanon	26

				Rima Nakkash Hala Alaouie	Lebanon Lebanon	
35	The simple analytics of tobacco taxation with illegal supply	2014	Canadian Journal of Economics	Ian Irvine William Sims	Canada Canada	4
36	Taxation of smokeless tobacco in India	2014	Indian Journal of Cancer	Rout SK Arora M	India India	13
37	Smokeless tobacco product prices and taxation in Bangladesh: Findings from the International Tobacco Control Survey	2014	Indian Journal of Cancer	Nigar Nargis Hussain AKMG Geoffrey T Fong	Switzerland Belgium Canada	20
38	The association between economic recession and public support for increased tobacco taxation in 27 European countries	2014	Scandinavian Journal of Public Health	Filippos T Filippidis Israel T Agaku Constantine I Vardavas Azeem Majeed	United Kingdom USA USA and Greece London, United Kingdom	4
39	Tobacco taxation: The importance of earmarking the revenue to health care and tobacco control	2012	Tobacco Induced Diseases	Constantine I Vardavas Filippos T Filippidis Israel Agaku Vasileios Mytaras Monique Berti Gregory N Connolly	USA and Greece Greece USA Greece USA USA	12

				Yannis Tountas Panagiotis Behrakis	Greece Greece	
40	"The lobbying strategy is to keep excise as low as possible" - Tobacco industry excise taxation policy in Ukraine	2010	Tobacco Induced Diseases	Konstantin S Krasovsky	Ukraine	13
41	A behavioral economics perspective on tobacco taxation	2010	American Journal of Public Health	Rajeev Cherukupalli	USA	16
42	The role of taxation in tobacco control and its potential economic impact in China	2010	Tobacco Control	Teh-wei Hu Zhengzhong Mao Jian Shi Wendong Chen	USA China China China	59
43	The incidence of tobacco taxation: Evidence from geographic micro-level data	2009	National Tax Journal	Andrew Hanson Ryan Sullivan	USA USA	58
44	First nations communities and tobacco taxation: A commentary	2009	American Indian and Alaska Native Mental Health Research	Hasina Samji Dennis Wardman	USA USA	4
45	Restraining the golden weed: Taxation and regulation of tobacco	2008	FinanzArchiv	Stephen Smith	United Kingdom	2
46	The impact of taxation on tobacco consumption in Mexico	2008	Tobacco Control	J A Jiménez-Ruiz B Saenz de Miera	Mexico Mexico	44

				L M Reynales-Shigematsu H R Waters M Hernández-Ávila	Mexico USA Mexico	
47	Tobacco taxation and public health: Ethical problems, policy responses	2005	Social Science and Medicine	Nick Wilson	New Zealand	44
48	How much downside? Quantifying the relative harm from tobacco taxation	2004	Journal of Epidemiology and Community Health	N Wilson G Thomson M Tobias T Blakely	New Zealand New Zealand New Zealand New Zealand	17
49	The welfare effects of tobacco taxation: Estimates for 5 countries/regions	2003	Journal des Economistes et des Etudes Humaines	Deepak Lal Hyongwon Kim Gonglu Lu Jordi Prat	Los Angeles Los Angeles Los Angeles Los Angeles	3
50	Tobacco, taxation, and fairness	2002	Journal of Medical Ethics	H V McLachlan	United Kingdom	5
51	Excise taxation and tobacco consumption in South Africa: A note	2002	South African Journal of Economics	A.L. Mohamed	South Africa	2
52	State tobacco taxation, education and smoking: Controlling for the effects of omitted variables	2001	National Tax Journal	Theodore E. Keeler Teh-Wei Hu Willard G. Manning	USA USA USA	16

				Hai-Yen Sung	USA	
53	Differences in taxation and regulation of health-affecting goods--alcohol and tobacco.	1998	Developments in health economics and public policy	Sebastian Bretschneider Pia Johansson	Switzerland Switzerland	2
54	Tobacco pricing, taxation, consumption and revenue: Alberta 1985-1995	1996	Canadian Journal of Public Health	W. Kerry Mummery Les C. Hagen	Canada Canada	6
55	Tobacco consumption and taxation in Italy: An application of the QUAIDS model	1996	Applied Economics	Andrew Jones Margherita Giannoni Mazzi	United Kingdom Italy	21
56	Is it possible to reduce tobacco consumption via alcohol taxation?	1994	Health Economics	Sergio Jimenez José M. Labeaga	Spain Spain	17
57	TOBACCO TAXATION IN AUSTRALIA	1992	Economic Papers	Terry Alchin	Canada, Australia	3
58	Economic aspects of tobacco use and taxation policy	1988	British Medical Journal	Christine Godfrey Alan Maynard	United Kingdom United Kingdom	31
59	PUBLIC OPINION ON TOBACCO ADVERTISING, SPORTS SPONSORSHIPS AND TAXATION PRIOR TO THE VICTORIAN TOBACCO ACT, 1987	1988	Community Health Studies	David Hill	Australia	5
60	Data Note—1. Alcohol, Tobacco and Taxation	1986	British Journal of Addiction	Christine Godfrey Geoff Hardman Melanie Powell	United Kingdom United Kingdom United Kingdom	2

61	TAXATION OF TOBACCO, BEER AND CINEMA ATTENDANCES	1943	Bulletin of the Oxford University Institute of Economics & Statistics	J. Goldmann	England	1
----	--	------	--	-------------	---------	---